



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas - FACE

Departamento de Gestão de Políticas Públicas - GPP

LUCAS RODRIGUES MARTINS LARA

**O JOVEM DE EXPRESSÃO COMO INSTRUMENTO DE
MOBILIZAÇÃO DE PÚBLICOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS:
um caso de gestão social**

Brasília – DF

2023

LUCAS RODRIGUES MARTINS LARA

**O JOVEM DE EXPRESSÃO COMO INSTRUMENTO DE
MOBILIZAÇÃO DE PÚBLICOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS:
um caso de gestão social**

Monografia apresentada ao
Departamento de Gestão de Políticas
Públicas como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Gestão de Políticas Públicas.

Professora Orientadora: Prof^a. Dr^a
Marcelle Gomes Figueira

Brasília – DF

2023

Lucas Rodrigues Martins Lara

**O JOVEM DE EXPRESSÃO COMO INSTRUMENTO DE
MOBILIZAÇÃO DE PÚBLICOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS:
um caso de gestão social**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília do (a) aluno (a)

Lucas Rodrigues Martins Lara

Doutora Marcelle Gomes Figueira
Professor-Orientador

Doutora Rosana Boullosa de Freitas
Professora-Examinadora

Brasília, 21 de julho de 2023

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar os meus agradecimentos a todos que contribuíram para a realização deste projeto de conclusão de curso. Sei que não poderia ter chegado até aqui sem o apoio e suporte da minha família, meu profundo agradecimento a minha mãe, meu pai e meus irmãos. A vocês, que sempre estiveram ao meu lado, oferecendo palavras de encorajamento, paciência e compreensão durante essa jornada desafiadora

À Universidade de Brasília e aos amigos que encontrei ao longo do meu percurso acadêmico, obrigado por todos os momentos vividos e experiências compartilhadas. A oportunidade de compartilhar esses momentos com pessoas tão inspiradoras e dedicadas enriqueceu significativamente minha jornada universitária. Agradeço a todos os amigos que me apoiaram, me ajudaram nas horas difíceis e comemoraram minhas conquistas.

Um agradecimento à professora Rosana Boullosa, com seu comprometimento e dedicação em desenvolver e compartilhar conhecimentos fundamentais para uma discussão mais aberta no campo das políticas públicas, que foram essenciais para a construção das bases teóricas necessárias à realização deste trabalho. Também gostaria de expressar minha gratidão à professora Janaína Peres, que iniciou a orientação deste projeto de pesquisa, sendo crucial para definir a direção e os objetivos deste estudo, a partir dos conhecimentos compartilhados e produzidos, fundamentais para aprofundar no tema de pesquisa que escolhi.

Meu agradecimento também à professora Marcele, que gentilmente assumiu a orientação do meu projeto quando mais precisei. Sua prontidão em assumir essa responsabilidade e sua dedicação em garantir que eu tivesse o suporte necessário foram fundamentais para a conclusão bem-sucedida deste projeto.

Gostaria de acrescentar um agradecimento especial à minha parceira de vida. Seu apoio e compreensão ao longo desta jornada acadêmica foram fundamentais para a conclusão deste projeto, me proporcionando a tranquilidade necessária para me dedicar aos estudos e à minha formação profissional. Saber que você acreditava em mim e nas minhas capacidades me impulsionou a persistir nos momentos de cansaço e desafios, estou ansioso para compartilhar muitas outras conquistas ao seu lado.

Por fim, queria agradecer a todos aqueles que fazem da rua um local de convivência pública, de valorização da cultura brasileira e da expressão da vida. Agradeço ao rap, pelas trocas de vivências proporcionadas e a todos aqueles que se arriscam a produzir arte e cultura com suas próprias narrativas, que enriquecem o mundo ao seu redor para além de uma reprodução que agrega capital.

“Vestidos de farrapos, sujos, semiesfomeados, agressivos, soltando palavrões e fumando pontas de cigarro, eram, em verdade, os donos da cidade, os que a conheciam totalmente, os que totalmente a amavam, os seus poetas”
(Jorge Amado, Capitães da Areia)

RESUMO

Esta pesquisa problematizou o caso do Jovem de Expressão (JEX), como um programa que inserido no fluxo das políticas públicas, age para ressignificar e intervir no problema da vulnerabilidade dos jovens no Distrito Federal, fomentando a articulação com outros públicos que procuram atuar e se inserir no enfrentamento dos problemas públicos que permeiam a juventude. Recorrendo à teoria da gestão social, da multiatorialidade e do pragmatismo, por meio da articulação de categorias como: argumento, reflexividade, público, prática e experiência estética, partindo da análise dos conceitos de “problema público” diante dos processos de problematização e publicização, foi reconstruído a trajetória do JEX a partir de observação em campo, entrevistas, análise bibliográfica, análise documental e postagens nas redes sociais onde foram investigadas interpretativamente o desenvolvimento do programa, os diferentes atores (diretos e indiretos) que conformam esse “público” multiatorial, as práticas adotadas, a relação do Jovem de Expressão com às diretrizes de políticas públicas para juventude e o processo de financiamento do programa, para além de um aparato estatal. Como resultado, esse estudo revela que o Jovem de Expressão pode ser compreendido como uma experiência ou até mesmo “política pública”, partindo da perspectiva do pragmatismo, elaborada por atores não estatais com pouco “poder” diante do Estado, mas que conseguem implementar importantes transformações socioculturais e socioterritoriais na Ceilândia-DF. Assim, esses atores conseguem se inserir em fluxos de políticas públicas para o tratamento das vulnerabilidades que envolvem a juventude.

Palavras-chave: gestão social; políticas públicas; multiatorialidade; Jovem de Expressão.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Proporção de jovens negros por grupos de RAs conforme renda da PED. Distrito Federal, 2018	26
Figura 2 - Número total de jovens de 15 a 29 anos e percentual por faixas etárias, segundo as Regiões Administrativas do Distrito Federal, 2018.....	29
Figura 3 - Matriz de Análise.....	35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resumo dos Grupos de Renda da PDAD 2021 no Distrito Federal	24
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Apresentação dos meios de pesquisa utilizados.....	38
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMB – Área Metropolitana de Brasília

ARPP – Análise Racional de Políticas Públicas

CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal

CCBB – Centro Cultural Banco do Brasil

DF – Distrito Federal

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

JEX – Jovem de Expressão

LECRIA – Laboratório de Empreendimentos Criativos

ONGs – Organizações não Governamentais

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PAS – Programa de Avaliação Seriada

PED/DF – Pesquisa de Emprego e Desemprego do Distrito Federal

PDAD – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios

PP – Políticas Públicas

RA – Região Administrativa

RUAS – Rede Urbana de Ações Socioculturais

UNB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	OBJETIVOS	5
2.1	OBJETIVO GERAL.....	5
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	5
3	REFERENCIAL TEÓRICO	5
3.1	GESTÃO SOCIAL	10
3.2	PUBLICIZAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO: COMPREENSÕES E O CONCEITO DE MULTIATORIALIDADE	14
3.3	PROBLEMAS PÚBLICOS: CONCEITO E APROXIMAÇÃO COM O OBJETO DE ESTUDO	18
3.4	A JUVENTUDE NO DISTRITO FEDERAL	21
3.5	COMPREENDENDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS	32
4	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	36
4.1	NATUREZA DA PESQUISA	36
4.2	POSIÇÃO DO PESQUISADOR	37
4.3	CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA	38
4.4	O PROGRAMA JOVEM DE EXPRESSÃO	40
5	RESULTADO E DISCUSSÃO.....	43
5.1	ATORES E PARCEIROS ENVOLVIDOS NO JOVEM DE EXPRESSÃO.....	44
5.2	DAS PRÁTICAS ADOTADAS E EXECUTADAS	49
5.3	O JEX ASSOCIADO ÀS DIRETRIZES DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE	50
5.4	FINANCIAMENTO DO PROGRAMA.....	52
6	CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
	REFERÊNCIA	57
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA	62

1 INTRODUÇÃO

A juventude corresponde a uma importante fase¹ de formação e desenvolvimento do indivíduo, diante das diversas e importantes transições que acontecem em sua vida nesse período, correspondendo à mudança entre a infância e a vida adulta, representando uma inserção em novos papéis sociais como também para novas responsabilidades. Nesse intervalo, novas relações acontecem com o jovem como cidadão inserido em uma comunidade, estendendo-o para relações de trabalho, de estudos e de desenvolvimento pessoal, contando também, em muitos casos, com maiores demandas familiares (DIAS *et al.*, 2020).

Nesse contexto, se torna de suma importância entender os meios de inserção social que integrarão esses indivíduos, com potencial de desenvolvimento educacional, profissional e cultural como ações que combatam as diversas vulnerabilidades desse público. Diante disso, deve-se atentar ao fato que a juventude representa um período no qual se definem e têm lugar vivências que afetarão a integração social e o curso da vida.

Ao pensarmos sobre políticas públicas para juventude, esbarramos em um certo esvaziamento de ações e políticas por parte do Estado para o público Timoteo e Oliveira (2021), como no reconhecimento dos jovens como indivíduos portadores de direitos e potencialidades, que devem ter acesso a diferentes formas de desenvolvimento pessoal para sua plena formação, como condições de estudo, profissionalização e acesso à cultura. Contudo, os jovens transitam para a vida adulta de forma desigual, tanto pelas insuficiências das organizações e instituições quanto pelo acesso assimétrico aos serviços públicos básicos (DIAS *et al.*, 2020).

Levantando a atenção diante destas condições, existem diferentes preocupações que perpassam a vida desses indivíduos e devem ser acolhidas, sendo objeto dos programas e políticas públicas para juventude. Entre elas podemos destacar aspectos relacionados ao direito à educação, ao direito à profissionalização, ao trabalho e à renda, ao desenvolvimento pessoal e profissional, do direito à saúde, ao desporto e ao lazer, do direito ao território e à mobilidade e do direito à cultura. Como também do direito à segurança pública, ao acesso à justiça, à diversidade e à igualdade, do direito à cidadania, da participação social e política, à representação juvenil e principalmente à prevenção a violência e à criminalidade.

¹ O Estatuto da Juventude reconhece como jovens os cidadãos com idade entre 15 e 29 anos de idade. (BRASIL, 2013)

Ao analisar políticas elaboradas para determinados públicos, deve-se levar em consideração que, a resposta aos problemas públicos tende, geralmente, a atender a alguns interesses, não a todos. Segundo Schmidt (2018), levando em consideração quem está dentro do jogo político, e quem está fora, e as consequências deste resultado, a partir de quem se beneficia com a tomada de decisão e quem está sendo preterido. De acordo com o mesmo autor, as prioridades adotadas pelos governos constituem o cerne das políticas, que estão vinculadas à visão ideológica predominante, aos valores assumidos pelo grupo político, aos compromissos expostos pelos governantes no processo eleitoral, às pressões dos grupos sociais e corporações econômicas, à cultura política vigente, entre outros fatores (SCHMIDT, 2018, p. 124). Essas condições podem delimitar certas negligências com determinados setores ou grupos sociais.

Outro fator importante diz respeito à descontinuidade das políticas públicas, decorrente da mudança de governo, que também se apresenta como um desafio recorrente no regime democrático. Cada novo governo traz consigo mudanças, que podem resultar no abandono de diretrizes vigentes e na criação de políticas distintas e, por vezes, contraditórias em relação às anteriores. No entanto, as políticas públicas institucionalizadas desempenham um papel fundamental na redução dessa descontinuidade excessiva (SCHMIDT, 2018, p. 127), assim, levantando a atenção para as que se instauram com base na articulação da própria sociedade em torno de problemas considerados de pública relevância e suas possíveis resoluções.

Diante das considerações, diferentes estudos no campo das políticas públicas reconhecem, de um lado, a centralidade do governo no enfrentamento dos problemas, e de outro, estudos que assumem a centralidade da sociedade no tratamento de suas próprias questões, ou seja, estudos estado-cêntricos em contraponto aos socio-cêntricos. Este estudo se alinha ao segundo grupo, ao considerar a participação ativa da sociedade na resolução de problemas públicos, buscando alternativas para superar as referidas descontinuidades de políticas públicas e prioridades adotadas por cada grupo político, para construção e consolidação de políticas para setores fundamentais para o desenvolvimento da sociedade, como é a juventude.

Deste modo, esse trabalho busca problematizar as políticas públicas a partir de ações e intenções multitoriais (BOULLOSA, 2013; 2019), num contexto de gestão social, compreendendo o Programa Jovem de Expressão como um programa que, inserido nos fluxos de políticas públicas, age para ressignificar o problema da vulnerabilidade dos jovens no

Distrito Federal. Tais fluxos que se estendem para além do Estado, repletos de reflexões, desenvolvem um curso de interação entre diferentes atores que produzem conhecimento sobre um problema considerado de pública relevância. Conseqüentemente, utilizaremos uma abordagem fortemente sociocêntrica nos processos de políticas públicas.

O Jovem de Expressão (JEX) é um programa que promove oficinas, comunicação, projetos, ações, eventos e espaços de diálogo. Trabalhando com eixos de cultura, educação, profissionalização e saúde mental, o JEX realiza projetos interdisciplinares para jovens de 18 a 29 anos (JOVEM DE EXPRESSÃO, 2014). Presente na cidade de Ceilândia/DF, tem como objetivo promover a saúde de jovens realizando ações de terapia comunitária, prevenção à violência, ao crime e ao uso de drogas, tendo como objetivo o incentivo de práticas saudáveis e empreendedoras entre a juventude.

O programa é formado por instituições privadas, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP e Organizações não Governamentais – ONGs que acreditam na transformação dos jovens pela própria juventude, o programa consegue articular os estudos, o trabalho, a formação cultural e ética, a diversão e o esporte, dando início a um novo paradigma de políticas públicas para a juventude (JOVEM DE EXPRESSÃO, 2014).

O estudo desenvolvido se distancia então das aceções mais dominantes, de matriz linear-sequencial nos estudos das políticas públicas. Dentro desses estudos é nítido como os atores de governo são previamente definidos como público e os processos enquadrados em conceitos como, “política pública é tudo aquilo que os governos decidem fazer ou não fazer”, de acordo com Thomas R. Dye (1972 apud BOULLOSA, 2013, p.6). Percebendo a necessidade de ampliar tais processos, foi empregando a gestão social como modo de “fazer juntos”, abrangendo também a abordagem da Mirada ao Revés, com a percepção da multiatorialidade, ancorada em uma matriz pós-positivista que integra uma rede de estudos críticos em políticas públicas.

Esta abordagem, segundo Boullosa (2019, p.3) caracteriza-se por compreender as políticas públicas como fluxos de instrumentos, práticas e argumentos ativados por uma multiatorialidade interessada tanto na definição de problemas públicos e de suas alternativas de solução, quanto na preservação de bens públicos. Nessa perspectiva, os estudos sobre o enfrentamento dos problemas públicos pela própria sociedade, entendida como o próprio público, teve início, dentre outros movimentos, com as obras de John Dewey (1927), com a sociologia dos problemas públicos, diante da matriz pragmatista, que associou o processo de

identificação e definição dos problemas públicos ao processo de construção de públicos para tais problemas, entendendo-os como processos que se alimentam mutuamente.

A partir destes caminhos, iremos ao encontro de um conjunto de atores, considerando aqueles que se organizam em uma posição de elaboradores ou gestores das políticas públicas e a posteriori ao público mais amplo. Por um lado, concerne a um processo de publicização dos problemas públicos, que se relaciona com experiências de concertação local a partir de uma multiatorialidade, em benefício da resolução de problemas. Realçando a gestão social como um processo de inovação em políticas públicas, utilizada neste estudo como um modelo capaz de dar sentido e reconhecimento a experiências consideradas dispersas.

Referente à estrutura, este trabalho encontra-se dividido em 04 partes para além desta introdutória e dos objetivos, que embasa a síntese da pergunta de pesquisa, diante das premissas valorativas assumidas e da base teórica que admite a vinculação entre as mobilizações sociais e a identificação dos seus problemas, considerados de pública relevância, para os meios de tratamento ou governo. Na primeira parte, aprofundaremos a base teórica que fundamentou e orientou a construção desta pesquisa, como a pergunta e objetivos para resolução ou desenvolvimento.

Esta primeira parte está subdividida em outros 05 tópicos, sendo eles: (1) Gestão social, uma perspectiva histórica e os caminhos da gestão social como processo de inovação em detrimento de produto inovador; (2) Publicização e Problematização: compreensões e o conceito de multiatorialidade, relacionando a mobilização social em torno dos problemas públicos, tendo como premissa os trabalhos de John Dewey (1927), Daniel Cefaï (2009; 2017) e Rosana Boullosa (2013; 2019); (3) Problemas Públicos: conceito e aproximação com o objeto de estudo; (4) A juventude no Distrito Federal, um panorama dos jovens e suas peculiaridades; (5) Compreendendo as Políticas Públicas, uma retrospectiva com vista a obter respostas para nossa pergunta de pesquisa.

Na segunda parte, será exposto os métodos e técnicas de pesquisa utilizados ao longo da pesquisa, para alcançar os resultados apresentados. Estruturada em subtópicos, iniciamos com a contextualização do método, diante da construção de uma abordagem pragmática para apresentarmos a tipologia e descrição geral do estudo. Em seguida, serão expostos a natureza da pesquisa, a caracterização e descrição dos instrumentos de pesquisa e os procedimentos de coleta e de análise de dados. Por fim, uma apresentação do objeto (sujeito) de estudo, o programa Jovem de Expressão, mostrando sua área de atuação e especificidades.

A terceira parte foi dedicada à análise cruzada entre o referencial teórico com os estudos e achados no campo, diante dos levantamentos de dados, das observações não-participações e das pesquisas semiestruturadas, respondendo, de forma argumentada, às perguntas de pesquisa apresentadas no início do trabalho. Por último, na quarta parte apresentamos a conclusão deste trabalho, onde será apresentado um panorama mais crítico do percurso de pesquisa vivenciado, com sugestões para novos caminhos e possibilidades de pesquisas futuras.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Este trabalho busca compreender/reconhecer o Jovem de Expressão como um instrumento de mobilização de públicos, que inserido nos fluxos de políticas públicas, age para ressignificar e intervir no problema da vulnerabilidade dos jovens no Distrito Federal, como um caso de gestão social diante da experiência estética.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

A partir do objetivo geral, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- Identificar como diferentes atores (diretos e indiretos) conformam esse “público” multiatorial.
- Discutir as práticas de uso (do território) no âmbito do programa, realizadas pela juventude.
- Problematizar como as ações do Jovem de Expressão estão associadas às diretrizes de políticas públicas para juventude
- Discutir o processo de financiamento do programa, para além de um aparato estatal.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Os estudos das políticas públicas emergem como objeto de um campo, a partir das obras pioneiras de Harold Lasswell (1902-1978), no intuito de mensurar e entender a qualidade e os

resultados de programas governamentais (BOULLOSA, 2013), apontando a aplicação de métodos científicos às decisões do governo, dissociados da ciência política e das ciências sociais. De acordo com Lasswell, as políticas públicas eram a concretização *do governo em ação*, um ato de *governing* (BOULLOSA, 2013, p. 68) podendo ser observada independente dos objetos clássicos da ciência política, em uma análise do processo político alternativo aos tradicionais, isto é, alternativo aos estudos das constituições, legislaturas e grupos de interesse.

Nesse novo campo de estudos, Lasswell fixasse em uma resolução mais individual dos problemas públicos, dando ênfase quase que exclusivamente ao gestor ou *policymaker*. Contudo, há de se ressaltar a aproximação de Lasswell aos questionamentos científicos de John Dewey (1927), que compreende uma resolução coletiva dos problemas públicos, com um forte envolvimento da sociedade no reconhecimento de problemas públicos e na formulação de possíveis soluções, assim:

O viés normativo-prescritivo assumido por este novo campo de estudo se apoiava, ao menos parcialmente, no pragmatismo de John Dewey (1859-1952), reforçada por uma aproximação mais utilitarista com a sua teoria da indagação científica (LASSWELL, 1971). Naquele momento, o que mais interessava dos trabalhos de Dewey, portanto, era a defesa que este fazia de uma naturalização da orientação do pensamento humano para a busca de soluções para situações que fossem percebidas como problemáticas. Com isto, o autor conclamava os cientistas a investigar problemas concretos da vida social. (BOULLOSA, 2013, p. 68).

Mesmo assim, estes estudos seriam tratados como um novo campo multidisciplinar dedicado a resolver problemas públicos com uma orientação profundamente racionalista, partindo da filosofia analítica e da perspectiva positivista, defendendo a aplicação de métodos científicos às decisões do governo em todas as áreas de intervenção. Com o crescimento do campo, um modelo de análise e estudo das políticas públicas foi se consolidando, como aponta Boullosa (2013, p. 69), com caráter prescritivo, assumindo a etiqueta da análise de políticas públicas (*policy analysis*), para, logo em seguida, assumir a etiqueta da análise racional das políticas públicas, a ARPP, que deu origem ao que chamamos hoje de estudos tradicionais ou *mainstream*², com viés fortemente estadocêntrico.

Estes estudos, ancorados em uma racionalidade instrumental, de matriz explicativa linear-sequencial, focalizaram sua atenção nas ações dos tomadores de decisão (*policymaker*), recebendo críticas quase simultaneamente ao seu desenvolvimento, que foram exploradas no

² Corrente dominante ou convencional, de pensamento mais comum ou generalizada no contexto

artigo “Mirando ao Revés nas Políticas Públicas: notas sobre um percurso de pesquisa”. Entre tais críticas, destaca-se a relativização a racionalidade extrema de Lasswell, ao introduzir o conceito de racionalidade limitada (*boundedrationality*) com o qual reenquadra a compreensão da ação dos tomadores de decisão (BOULLOSA, 2013, p. 71), possibilitando a perspectiva que a limitação da racionalidade influencia a tomada de decisão do indivíduo, ou (*policymaker*), baseada em sua limitação de informação e de compreensão de diferentes contextos.

Outro ponto foi a ressalva à compreensão das políticas públicas para além da centralidade governamental, através das indagações de Dye (1972, p. 1) “políticas públicas é tudo aquilo que os governos decidem fazer ou não fazer” chamando a atenção para a existência de problemas públicos para além da intervenção do governo, como do reconhecimento. Assim, a não tomada de decisão ou tratamento de determinado problema público não implica no discernimento que este não existe, deixou de existir ou não necessite de intervenções no momento.

De certo modo, esse estudo adentra no resgate do pensamento de John Dewey no que tange à dimensão pública e política de se fazer políticas públicas. Trazendo a reflexividade sobre tais processos, como discorre Dewey (1927) no livro “O Público e seus Problemas”, onde o Estado é o público organizado para governar problemas gerados por ele mesmo, de tal forma, o mesmo é que dá a qualidade de público para tais problemas. Assim, à medida que os problemas se tornam visíveis socialmente, eles também vão ganhando a qualidade de público, se publicizando, deste modo, os problemas vão ganhando público em um processo de fluxo contínuo.

Seguindo tais orientações, será delimitado aqui o estudo das políticas públicas alicerçado no reconhecimento que os problemas de *policy* e as expectativas acerca de suas soluções modelam e são modeladas por profundas interações sociais. Afastando-se de uma perspectiva estadocêntrica desses processos e incorporando uma multiatorialidade, utilizando da indagação para compreender as políticas públicas em um curso de aprendizagem social Boullosa (2013, p. 73).

Vale ressaltar que no âmbito da língua inglesa, existem diferentes expressões que designam as distintas dimensões da política. Dentre elas temos a: *polity*, *politics* e *policy* que indicam respectivamente a dimensão institucional, a processual e a material da política (SCHMIDT, 2018). Assim, enquanto a *polity* compreende a ordem do sistema político, detalhado pelo sistema jurídico junto a estrutura institucional, abarcando sistemas de governo

e funcionamento dos poderes e a *politics* diz respeito aos processos da dinâmica política e de competição pelo poder, envolvendo grupos políticos e processos eleitorais. A *policy*, ou as *policies*, podem ser entendidas como o “Estado em ação”, dentro da dimensão dos resultados que derivam da interação entre as forças e agentes dos processos políticos sob o pano de fundo da política institucional (SCHMIDT, 2018, p. 121).

Esse trabalho tem foco no estudo da *policy*, englobando a ela um conjunto de novos atores, que não são previamente definidos nem institucionalmente facultados, e buscam se inserir em fluxos de políticas públicas no intuito de construir alternativas e soluções com base em suas percepções sobre determinada situação identificada como problemática.

Assim, será conduzido um estudo com um entendimento mais plural e democratizante das políticas públicas ou das *policies*, assumindo como processos que podem ser compreendidos e estudados para além do Estado e dos governos, considerando a participação do mercado e incluindo novas formas de participação social. Também problematizando os processos de atorização e os modos de produção e validação do conhecimento construído nos fluxos de políticas públicas (BOULLOSA, 2013).

Deste modo, pensar a existência de diferentes públicos e como eles se conformam, e mais importante que a existência destes, a indagação de como esses públicos determinam seus problemas como um problema de pública relevância e seus possíveis tratamentos ou “governos” é o ponto chave desse trabalho. Por consequência, em certa perspectiva, será analisada uma *multiatorialidade* presente nos processos e fluxos de políticas públicas.

Outros estudos também colaboraram para um entendimento mais democrático e multiatorial das políticas públicas, com um arcabouço que permite enxergar com uma nova ótica os processos ou fluxos decorrentes dos problemas públicos. Assim, debruçamos de perspectivas que metodologicamente, são necessárias para uma abordagem capaz de facilitar o tipo de discussão aberta essencial para um contexto participativo (FISCHER, 2016, p. 175).

Considerando ainda autores pragmatistas, aprofunda-se na ideia de que os modelos clássicos de estudo das políticas públicas e da governança são insuficientes para compreender e agir diante dos problemas públicos robustos, como de uma multiatorialidade que pode se fazer presente nesses processos, se limitando por assumir uma posição normativa, tendendo a olhar para o Estado, os problemas públicos, para a administração pública e para a governança das políticas públicas, a partir de lógicas prescritivas, compreendendo-as a priori, o que limita

seus potenciais para pensar e agir sobre estes, tanto em termos de efetividade, quanto de legitimidade (ADION; MAGALHÃES, 2021, p. 515).

Em vez disso, considera-se o fortalecimento do Estado democrático relacionado com a formação de “públicos”, que surgem da experiência associativa e da consideração das consequências dessa experiência. Assim, “Dewey (1927: 131, grifo nosso) argumenta que o alicerce do desenvolvimento do Estado é o reconhecimento público dos problemas da ação associada” (ADION; MAGALHÃES, 2021, p. 523), que acontece na prática diária. Em outras palavras, é a constituição de interesses comuns e sua publicização, ou seja, constituição dos públicos, que cultivam as bases da democracia.

Diversos estudos com viés sociocêntrico já argumentam um deslocamento dos processos convencionais das políticas públicas - representado pelo “ciclo das políticas públicas” - e sugerem diferentes percursos para uma compreensão mais plural, que incorpore diferentes valores, reconhecendo os argumentos e a reflexividade como elementos essenciais dos fluxos de políticas pública. Assim conforme (PERES; BOULLOSA; BESSA, 2021, p. 495), usaremos um caminho que conjectura alguns deslocamentos das teóricas mais racionalistas das políticas públicas, como:

Problematizar o conceito hegemônico de ‘políticas públicas’, conferindo-lhe outros significados e ampliando-o a ponto de que possa ser compreendido como fluxos abertos, dinâmicos, assimétricos e, necessariamente, multiatoriais e multissensoriais; 2) abandonar a perspectiva exclusivamente estadocêntrica, ainda dominante no campo de estudos em políticas públicas, e adotar uma perspectiva radicalmente sociocêntrica, o que significa conferir centralidade às iniciativas sociais, articulando-as com experiências estatais e do setor privado; 3) Tornar os processos de políticas públicas mais públicos e mais políticos, compreendendo que dados, evidências, técnicas, instrumentos, etc., são indissociáveis do político (dos espaços de poder, conflito e exclusões) e da política (do conjunto de instituições e de práticas que constroem significados, organizam a coexistência humana e conferem qualidade pública e qualidade estética aos processos) (PERES; BOULLOSA; BESSA, 2021, p. 495)

Com isso, partiremos de caminhos teóricos que “problematizam a tradição científica positivista (e seus valores³) como o conceito tradicional das políticas públicas, reconhecendo

³ Que privilegiam os fatos em detrimento dos valores, o conhecimento técnico e especializado em detrimento a outros saberes, a racionalidade instrumental em detrimento de outras racionalidades, a objetividade e a pretensa neutralidade em detrimento da subjetividade e da interpretação.

que múltiplas racionalidades convivem e se combinam neste campo, para além da racionalidade econômico-instrumental” (PERES; BOULLOSA; BESSA, 2021, p. 502). Essa base de interpretação diz respeito aos considerados ‘estudos críticos em políticas públicas’, que englobam uma gama de conhecimentos necessários para uma compreensão mais aberta sobre as políticas públicas, englobando uma multiatorialidade que pode se fazer presente na identificação de problemas públicos e na implementação de possíveis soluções.

Para além dessa base teórico-metodológica, o pragmatismo também possibilita superar a fragmentação entre as diferentes dimensões no campo das políticas públicas, permitindo ressignificar a noção de público, observar as práticas e a experiência como primordiais nos fluxos das políticas públicas. Assim, para delimitar uma base para o estudo presente, será relacionado os estudos críticos, o pragmatismo deweyano e a gestão social, por meio da articulação de categorias como: (i) argumento, (ii) reflexividade, (iii) público, (iv) prática e (v) experiência estética (PERES; BOULLOSA; BESSA, 2021, p. 493), como também outras categorias de análise necessárias para uma compreensão das políticas públicas por uma perspectiva sociocêntrica.

Encerrando essas primeiras considerações do referencial teórico, de modo a constituir uma delimitação de estudo das políticas públicas, que serão aprofundadas em tópicos subsequentes, com conceitos indissociáveis e pouco aprofundados nas teorias clássicas ou *mainstream*, sobretudo da perspectiva sociocêntrica, abarcando a gestão social nos processos de políticas públicas, de sua conjuntura com a sociedade e as percepções de públicos, problemas e ação coletiva. Com isso, esta introdução é indispensável para construção da matriz de análise que será utilizada nesta pesquisa.

3.1 GESTÃO SOCIAL

A gestão social delimita-se como um termo polissêmico, conforme Cançado (2014), inicialmente voltado para as políticas públicas sociais, dentro do âmbito da gestão de políticas públicas. Os primeiros estudos surgem com Tenório (1998) que aponta como a gestão social é voltada para a participação coletiva nos processos de decisão, que são pautados pela argumentação e pela racionalidade do que é dito, assumindo um processo mais cooperativo e colaborativo, onde os atores que influenciam e podem ser influenciados devem estar presentes na tomada de decisão.

Dentro do meio acadêmico, o termo começou a ser discutido inicialmente pelo professor Fernando Tenório (CANÇADO, 2014) a partir das experiências do Programa de

Estudos em Gestão Social da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas – PEGS/EBAPE/FGV. Tenório (1998), para fundamentar a concepção de gestão social, usa a racionalidade comunicativa, relacionada como uma razão dialógica, tornando indispensável o diálogo entre os diversos atores para a tomada de decisão. Neste contexto, delimita-se a diferença da gestão social em contraponto à gestão estratégica, com viés burocrático, com processos centralizados e norteados por decisões com fundamento técnico, respeitando os níveis hierárquicos de tomada de decisão. Segundo Tenório (1988, p. 7).

A gestão social contrapõe-se à *gestão estratégica* na medida em que tenta substituir a gestão tecnoburocrática, monológica, por um gerenciamento mais participativo, dialógico, no qual o processo decisório é exercido por meio de diferentes sujeitos sociais. E uma ação dialógica desenvolve-se segundo os pressupostos do agir comunicativo (...) quando os atores tratam de harmonizar internamente seus planos de ação e de só perseguir suas respectivas metas sob a condição de um acordo existente ou a se negociar sobre a situação e as consequências esperadas.

O propósito, de certo modo, seria o encontro de um consenso, a partir de diferentes racionalidades, nos processos de tomada de decisão, assim “no contexto da gestão social orientada pela racionalidade comunicativa, os atores, ao fazerem suas propostas, não podem impor suas pretensões de validade sem que haja um acordo alcançado comunicativamente no qual todos os participantes exponham suas argumentações” (TENORIO, 1998, p. 16). Neste ponto, tais ações são entendidas a partir da postura comunicativa habermasiana, trabalhada por Tenório (1998), que aponta a dialogicidade e o entendimento em contraposição às decisões pautadas pela hierarquia de poder, ao alcance do consenso na tomada de decisão.

Como estudo emergente no campo da gestão social, inicialmente destaca a participação de diferentes atores nos processos de tratamento de problemas públicos, abarcando assim um pluralismo em meio a argumentação, com diferentes racionalidades. Introduzindo em certo ponto a participação de diferentes atores nos processos das políticas públicas, apresentando ainda o terceiro setor como alternativa para gestão social, em meio à representação da associação da sociedade civil perante fóruns, ONGs e redes sociais, tendo como objetivo interferir na política, incluindo determinado controle social sobre as decisões estatais. Tenório (1998) pontua como as instituições desse setor se apresentam para o exercício da cidadania deliberativa, na qual a sociedade passa de um agente passivo para um ente ativo que participa dos destinos da sua comunidade.

Diante dessas observações, será abandonada algumas considerações iniciais nos processos da gestão social, como da ação comunicativa habermasiana que busca certo consenso para problemas públicos. De outro modo, será abordado, conforme apontado por Peres (2020, p. 56) à gestão social como um dispositivo ou uma tecnologia social, em referência aos autores (FRANÇA FILHO; BOULLOSA, 2015), onde “não nos referimos a uma tecnologia de obtenção de consenso – como pretendido pelo modelo habermasiano, por exemplo –, mas, sim, de compartilhamento e de cogestão de ideias, intenções, interesses, opiniões, desejos, afetos, intuições, divergência, conflitos, etc., visando um novo entendimento, adequado a cada realidade” (PERES, 2020, p. 56).

Deste modo, a noção de gestão social é observada a partir de novas relações entre a sociedade para o tratamento de problemas considerados de pública relevância, ampliando o aspecto sociocêntrico, na associação do público aos seus interesses. Nesta perspectiva, se adentra na gestão social compreendida pela gestão dos problemas públicos pela própria sociedade em uma concepção do fazer juntos (BOULLOSA, 2013, 2019).

Assim a gestão social representa uma nova categoria relacional entre o Estado e a sociedade, que segundo Boullosa e Schommer (2009), situa-se como um modelo onde o Estado revê sua centralidade nos processos de transformação social, assumindo a complexidade de atores e de interesses como definidor dos processos de identificação e construção de bens públicos e de políticas públicas.

Nessa perspectiva, o reconhecimento de práticas se torna acessível, no qual são expressadas as ações sociais em contextos específicos, que podem ser incorporadas por um público mais amplo. Logo, “a gestão social pode ser vista como um construto estratégico capaz de dar sentido e reconhecimento a experiências localizadas até então dispersas, ou que corriam o risco de dispersão”, (BOULLOSA; SCHOMMER, 2009, p. 2). Permitindo então o estudo de programas e ações voltadas para o enfrentamento dos problemas públicos que envolvam a juventude para além das ações do Estado.

Assim a gestão social será considerada não como um conceito, mas como um paradigma epistemológico e deontológico, que permite repensar reflexivamente a gestão de públicos, práticas, experiências estéticas, temporalidades e territorialidades, conforme Peres, Boullosa e Bessa (2021, p. 508). Nesse sentido, a gestão social desempenha o papel de uma tecnologia social de organização, mediação e tomada de decisão idealmente dialógicas, horizontais, inclusivas, coletivas, transparentes, livres de coerção e comprometidas com o desencadeamento de processos de aprendizagem e de coprodução.

Diante dos estudos que se desenvolveram no âmbito da gestão social, referente ao processo de institucionalização que vem se desenvolvendo no âmbito desse campo, Boullosa e Schommer (2009, p. 8), enfatizam o não reconhecimento desse processo de inovação, que acolhe diferentes e pontuais experiências, em produto inovador, como método em que alguns ensinam e outros aprendem, travando, desacelerando ou transformando o andamento de construção de conhecimento que estava em curso. Deste modo:

A transformação da gestão social em produto a faz perder sensibilidade aos próprios contextos de atuação, pois passa a impor regras de implementação, traduzidas em amarras interpretativas ou estruturas de problematização que priorizam a explicação da ação de gestão sobre a compreensão do contexto no qual se dá a ação em si [...] Além disso, processo implica em atividade cognitiva, de aprendizagem individual e coletiva; enquanto produto significa que se deve aprender algo que já superou a fase da formulação e que deve ser adaptado às circunstâncias locais (BOULLOSA; SCHOMMER, 2009, p. 8).

À luz dessas considerações, no aprofundamento das políticas públicas, de programas, e ações de enfrentamento aos problemas públicos que envolvem a juventude do Distrito Federal, a partir dos meios da gestão social, será abordado como as mobilizações do “fazer juntos” podem se relacionar a processos de aprendizagem social. Nesse processo, é fundamental a troca de conhecimentos, experiências e percepções, fora de um modelo pré-estabelecido, para captar e desenvolver diferentes percepções, indo para além dos meios institucionais e estatais.

O processo de aprendizagem social e engajamento, por parte dos diversos atores, se desenvolve no curso da interação de atores que se mobilizam tanto na identificação de problemas públicos quanto no tratamento de tais problemas. Seguindo esse caminho, os trabalhos da *Mirada ao Revés* (2013, 2019) colaboraram para o entendimento de atores que se mobilizam no curso ou fluxo de políticas públicas para o tratamento de problemas a partir de percepções individualizadas, mas que são trabalhadas e modeladas socialmente, assim:

A gestão social, compreendida como a gestão dos problemas sociais pela própria sociedade (FRANÇA-FILHO; BOULLOSA, 2015) responde em grande parte aos apelos de caráter normativo-projetual inerente aos que assumem as políticas públicas como objeto de estudo. Nesta perspectiva, de ontologia, a gestão social autoriza-se como meio para uma ação implicada nos processos de transformação social, quando desejadamente multiatorial, reforçando mais a sua natureza de processo do que de

produto de inovação na produção social do conhecimento (BOULLOSA; SCHOMMER, 2009).

Por fim, apresentado essas ponderações, será considerada a gestão social como aquela que “pode ser compreendida como o conjunto de processos e dinâmicas que ativam e conformam o fazer juntos (ou a vontade de) de atores que agem no fluxo de políticas públicas, mobilizados pelo e no interesse público para o governo de problemas de pública relevância ou para a preservação de bens públicos” (BOULLOSA, 2013, p.82).

O estudo da gestão social nos auxilia a compreender a ação coletiva, ou a atorização como uma multiatorialidade envolvida nos fluxos de políticas públicas. De tal modo, entender os processos de identificação de problemas, formação de públicos, aprendizagem social e práticas através desse e outros percursos teóricos, ancorados em autores como Dewey (1927) e Cefai (2014; 2017), também nos ajudarão a entender a mobilização social em prol de problemas reconhecidos como de pública relevância. Deste modo, exploraremos tais processos de modo a subsidiar os processos que podem envolver a gestão social

3.2 PUBLICIZAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO: COMPREENSÕES E O CONCEITO DE MULTIATORIALIDADE

A compreensão dos processos de problematização e publicização deve levar em consideração que ambos estão ligados à identificação e à mobilização/tratamento de problemas públicos, diante de situações identificadas como problemáticas. Ressalta-se que, problematização se refere à investigação e identificação social e democrática dos problemas, onde estes, a partir do momento que vão adquirindo a qualidade de público, vão também se conformando. Assim, parte da ideia de que “uma dinâmica de mobilização coletiva é um processo de codefinição e de codomínio de situações problemáticas” (CEFAI, 2009, p. 16.). Conformando simultaneamente um determinado público, num processo de publicização.

Em seu sentido amplo, Dewey (1927, p. 292) define o público como "um estado político". Em uma perspectiva mais específica, o autor descreve o público como um conjunto de indivíduos que são suficientemente afetados, seja de forma direta, indireta, física ou emocional, a ponto de se verem envolvidos em uma situação problemática que demanda reconhecimento ou motive alguma ação, diante da construção de respostas coletivas. Assim, começamos a definir o que seria o “público” envolvido no tratamento de problemas públicos que envolvam a juventude.

De certa forma, se observa que o público, portanto, “pode ser constituído por todos aqueles indivíduos que se veem afetados pelas tramas sociais e, por conta disso, encontram-se forçosamente envolvidos com outros com quem compartilham o desenvolvimento das consequências” (ADION; MAGALHÃES, 2021, p. 523).

Diante destas considerações, ressalta-se como a problematização configura um processo de identificação de problemas e a publicização na formação de públicos, que procede de discussões sobre as situações problemáticas, motivadas ao seu tratamento. Com isso, a questão deste estudo se relaciona com uma das principais dificuldades dentre alguns estudos teóricos, que vislumbram uma atuação sociocêntrica, descobrir os meios pelos quais um público disperso, inconstante e múltiplo possa se reconhecer de forma a definir e expressar seus interesses. (DEWEY, 1927).

Deste modo, o que é destacado é a mobilização coletiva em torno de problemas públicos, que permite identificar os diferentes anseios, experiências e interpretações, a partir de diversas delimitações de determinada situação que foi identificada como problemática, entendendo a condução de seus possíveis tratamentos. Assim, considera-se os trabalhos de Cefaï (2009) que desenvolve uma visão dos problemas públicos que se aproxima dos acontecimentos da invenção coletiva, aqueles que conduzem o aparecimento de novos mundos sociais, à configuração de novas instituições e regras de direito ao estabelecimento de novos dispositivos de ação pública.

Referindo os problemas públicos, é necessário entender de que maneira sua trajetória instaura um curso de preocupações, de engajamentos e sensibilizações em seu entorno. Assim, inicia-se o caminho para o entendimento das composições institucionais, políticas e sociais que oportunamente vão dar um tratamento ou governo a ele, e os meios pelo qual diferentes atores, inseridos em diferentes contextos, se conformam neste processo.

Ao discorrer sobre o conceito de publicização, considera-se que, em seu estágio inicial, se configura como um processo em que alguns indivíduos começam a se sentirem sujeitos e atores na mobilização e intervenção perante os problemas de consequências comuns, em que convicções pessoais vão se formar, se reforçar e se exprimir em um processo de “coletivização” e de “publicização” de um caso, de um problema ou de uma causa (CEFAI, 2009, p. 26). Assim, conformando determinado público, a partir da ação conduzida por diferentes indivíduos, em uma compreensão mais democrática e plural dos problemas públicos.

Deste modo, explorando as interpretações sobre o que seriam os processos de formação de público ou de publicização, e da problematização como identificação e investigação de problemas públicos, decorrente de um processo de construção social, pode-se perceber tais processos de modo retroalimentar. Esses processos serão enxergados diante dos atores que promovem a estruturação e condução do programa Jovem de Expressão.

Utilizando então como embasamento vertentes sociocêntricas, partimos para interpretação das políticas públicas pela ação conduzida por diferentes públicos, uma atorização, considerando a mobilização de diferentes atores interessados na resolução de problemas público quanto na preservação de bens públicos a partir de seus entendimentos, percepções, práticas e argumentos. Por consequência, consideramos também a *multiatorialidade*, como mais um conceito da articulação entre atores, proposto nos estudos da *Mirada ao Revés*, que seria, de acordo com Boullosa (2019, p. 97).

A multiatorialidade é, assim, um constructo interpretativo sociocêntrico que busca superar a dimensão estadocêntrica do ator individual como lócus único da ação em políticas públicas, bem como definidora da própria qualidade da ação (a política é pública porque o ator o é) [...] em outras palavras, por meio da multiatorialidade, a mirada ao revés atoriza a articulação entre atores.

Fundamental também entender o processo da reflexividade diante dos contextos sociais, que desempenha um papel fundamental na construção de públicos, diante da investigação e da ressignificação, permitindo catalisar processos de problematização do mundo e a criação de novas realidades. Nesse cenário, a reflexividade pode ser compreendida como um exame crítico do próprio modo de olhar e como meio de aprendizagem (PERES; BOULLOSA; BESSA, 2021, p. 504). Essa capacidade de refletir no curso-da-ação implica em questionar-se e problematizar-se, levando em consideração que nossas práticas são moldadas por contextos, discursos, argumentos e experiências anteriores.

Assim, o exercício de reflexividade coletiva ou social, afirma o indivíduo como público dos próprios problemas, reconhecendo argumentos e perspectivas divergentes e os confrontando, resultando na ressignificação das próprias crenças e quadros de valores. O envolvimento ou interesse reflexivo diante dos problemas está associado à considerada experiência estética com determinadas situações, essa experiência seria aquela que afeta, devido ao interesse e a relação de valores imbuídos na situação, comovendo determinados indivíduos ao ponto de gerar dúvidas e soluções às situações, refletindo sobre hipóteses e se inserindo em

uma comunidade de investigadores. Com isso, a experiência estética seria o motor que promove o interesse ao ponto de nos tornar público (PERES; BOULLOSA; BESSA, 2021)

Explorando assim uma racionalidade discursiva da realidade, que compreende a percepção de diferentes públicos em contraponto aos processos convencionais de enquadramento dos problemas e das políticas públicas, pela racionalidade de matriz linear sequencial. Busca-se assumir a ação coletiva implicada nos fluxos das políticas públicas, e como o público pode ser visto como um produto da interação social. Diferentes atores, por meio da interação, projetam suas considerações mutuamente, compartilhando aprendizados sobre certa situação.

Quando esse processo atinge um estágio de reorganização que não foi planejado, supera suas relações de troca de informação diante da formação de conhecimento. Boullosa (2019, P. 95) apresenta, com uma releitura de Dewey (1927), a transação deweyana como aquela cujo fruto é resultado de uma construção, na qual as partes envolvidas consertam um caminho alternativo às suas prévias projeções, construindo conhecimento a partir da percepção compartilhada de alguma lacuna ou dúvida comum. Deste modo, os processos de interação social serão percebidos através da transação e das experiências resultantes das múltiplas trocas e conhecimentos gerados nesse processo, assim:

Neste sentido, a transação entre atores (sujeitos que assumem a ação da representação prévia) torna tais atores novamente sujeitos de e a um processo não orquestrado de produção de conhecimento situado, que se válida na própria transação, mesmo que efemeramente [...] os processos de transação, ademais, acontecem entre atores envolvidos em experiências públicas que conformam público daquele mesmo processo ativado (BOULLOSA, 2019, p. 96).

Conforme Dewey (1927), esse conhecimento é compreendido como solução prática de situações problemáticas que são vivenciadas. Essa solução é encontrada pelo processo de investigação colocado em prática pelos indivíduos, sendo o conhecimento então o “término apropriado da investigação” (ADION; MAGALHÃES, 2021, p. 522). Diante desse processo, os conhecimentos e a inteligência advindos da investigação são algo experimental e construtivo, que se desenvolve a partir das contribuições dos diversos atores que interagem e, por esse motivo, pode ser capaz de gerar conhecimentos com maior profundidade dos contextos e problemas.

Entender a construção de conhecimento, a identificação de problemas e a formação de públicos nos processos de políticas públicas, diante dos argumentos, da reflexividade e da

experiência estética, através de uma ação coletiva, vai de encontro a construção de políticas públicas que abrange uma discursividade e argumentatividade no contexto, para além de uma perspectiva estadocêntrica. Esses processos inserem-se nos fluxos das políticas públicas, e passam a ser observados pela dialética sociocêntrica, que serão base para a construção de uma política ou programa para o enfrentamento dos problemas que permeiam a juventude no Distrito Federal, neste estudo de caso, o Jovem de Expressão.

Por fim, se considera que esses processos se referem a uma multiatorialidade em contínua transformação, que não pode ser definida a priori, porque se constrói no próprio fluxo, como compreende Boullosa (2019, p. 92), “como êxito de diferentes práticas de uso, ativadas por diferentes grupos, os quais, ao consolidar suas gramáticas, vão se tornando público de tais fluxos - em um processo que Dewey (1927) chamou de publicização (construção de público)”.

3.3 PROBLEMAS PÚBLICOS: CONCEITO E APROXIMAÇÃO COM O OBJETO DE ESTUDO

O problema público neste estudo será compreendido através do Estado como sociedade organizada para tratar de seus próprios problemas (DEWEY, 1927), entendido como um processo mais transversal que incorpora diferentes racionalidades no reconhecimento de problemas e conseqüentemente em seus tratamentos. Assim, se coloca em contraponto a algumas vertentes teóricas, com um conjunto de interpretações mais estadocêntrica, que defendem que a natureza de um problema, de se tornar público, parte do reconhecimento do Estado, sem o envolvimento e participação da sociedade, que se baseia na lógica representativa, direcionando as possíveis soluções através de processos centralizados, com uma perspectiva linear-sequencial, diante dos convencionais ciclo de políticas públicas, que embora contundentes críticas, ainda se manifestam nos diferentes níveis de governos.

Explorando algumas discordâncias, é salientado como a resposta aos problemas tende, geralmente, a atender a alguns interesses, não a todos. Levando em consideração quem está dentro do jogo político, e quem está fora, e as conseqüências deste resultado, a partir de quem se beneficia com a tomada de decisão e quem está sendo preterido (SCHMIDT, 2018, p. 6). Este argumento conduz à indagação de quais grupos sociais são mais influentes no contexto político, e conseguem se inserir, a partir dos processos eleitorais, em cargos de governança. Como também de que modo pessoas influentes se apropriam de grande parte do que é

apropriável, no Estado, representando em grande parte as elites, em um cenário de sociedades desiguais.

Neste quadro, as políticas públicas podem ser observadas como uma resposta a um problema político, relacionando como as demandas sociais estão vinculadas a estes problemas. De certo modo, as demandas sociais geralmente se estendem para além da capacidade das instituições públicas, face à escassez de recursos, às instâncias governamentais são levadas a priorizar algumas demandas em detrimento de outras. As prioridades adotadas pelos governos constituem o cerne das políticas, que estão vinculadas à visão ideológica predominante, aos valores assumidos pelo grupo político, aos compromissos expostos pelos governantes no processo eleitoral, às pressões dos grupos sociais e corporações econômicas, à cultura política vigente, entre outros fatores. (SCHMIDT, 2018, p. 124).

Assim, conforme o ciclo de políticas públicas ainda compreenda a metodologia mais prestigiada, delimitando a dinâmica das políticas públicas em sucessão de fases, com enfoque em seus estágios, que mais tende a reduzir a complexidade deste processo em proporções manejáveis e didáticas com sequências lineares. Contudo, longe disso, o processo real da política não segue essa linearidade presumida, pelo contrário, é bastante caótico e certas ações não guardam conexão com o conjunto da política (SCHMIDT, 2018, p. 130). Deste modo, ao invés de entender as políticas como uma sucessão linear de etapas, deve-se atentar ao peso das ideias, dos valores embutidos no processo, das representações e da dimensão simbólica dos agentes que conformam esse fluxo de políticas públicas.

Deste modo, esse trabalho se ancora em considerações que defendem que a natureza de um problema, de se tornar público, deve ser associado ao reconhecimento pela sociedade, diante suas percepções, que com seus argumentos e experiências também direcionam possíveis tratamentos ou governos. Indo para além da inserção destes problemas na agenda política para incorporação dos cidadãos nos processos e fluxos de formulação e implantação de programas e políticas públicas, partindo para o entendimento de que indivíduos agem “inseridos” em uma rede de relações sociais complexas.

Ao considerar a teoria das políticas públicas a partir do pragmatismo de John Dewey (1927), os problemas públicos não nascem caracterizados de problema ou de público, eles são construídos socialmente. Em outras palavras, o problema público só começa verdadeiramente a existir quando se torna um processo de experiência coletiva. Ao formular críticas, denúncias e reivindicações, ele supera uma etapa, buscando a aprovação de responsáveis institucionais e de públicos mais amplos (CEFAI, 2017, p. 194).

Discorrendo a reflexão sobre o papel da experiência dos atores na investigação e identificação dos problemas públicos (e de suas alternativas de solução), Cefai (2017), também sob uma visão pragmatista, aborda aos problemas públicos atrelando-os à formação de públicos e de arenas públicas.

Considerando as arenas públicas, Cefai (2017) argumenta que, os espaços públicos são mais híbridos e dinâmicos, caracterizados por múltiplos atores em interação. Propondo assim a compreensão de “arena pública” como aquela que vai além dos dispositivos institucionais, técnicos ou jurídicos da ação pública.

Assim, nota-se que as arenas públicas podem ser compreendidas como “um conjunto organizado de acomodatamentos e competições, de negociações e arranjos, de protestos e consentimentos, de promessas e engajamentos, de contratos e convenções, de concessões e compromissos, de tensões e acordos mais ou menos simbolizados e ritualizados” Cefai (2017, p. 208), em que está em jogo um interesse público, diante de um palco de discussões, envolvimento e tratamentos de determinados problemas. Deste modo.

Nas arenas públicas, podem se engajar – ou não – uma multiplicidade de atores, a partir de uma pluralidade de regimes de engajamento e interesses, o que pode gerar processos de investigação pública em torno das situações problemáticas vivenciadas. Logo, destaca-se a importância de uma visão multicêntrica, que permita considerar a diversidade e a pluralidade de atores e de suas interações nas arenas públicas (ADION E MAGALHÃES, 2021, p 532).

Com a noção de arenas públicas, introduzimos um meio de análise para os espaços de disputa e construção que se desenvolveram em meio ao Jovem de Expressão, para atender as devidas reivindicações que surgiram por meio dos públicos que compõem o programa. Importante compreender esse conceito, diante de uma ação sociocêntrica que carece de espaços institucionalizados para reivindicar ações e construir acordos e soluções. Assim, as arenas públicas serão compreendidas como os espaços onde se torna possível o engajamento de diferentes públicos, atores, instituições públicas e privadas interessadas no problema público em discussão.

A diante, a intenção com este estudo não se delimita a desconsiderar a atuação do Estado e governo como ente centralizador nos processos de políticas públicas para o tratamento de problemas, como do seu reconhecimento de tais problemas. Pelo contrário, busca-se garantir uma maior pluralidade a estes processos e reconhecimentos, superando as barreiras da descontinuidade e das prioridades adotadas por cada grupo político, por meio da percepção e

da racionalidade de diferentes atores, incorporando a ação de uma coletividade e seus entendimentos, que emergem a partir de processos como os de problematização e de publicização, onde os problemas podem ser observados como um impulso a esses processos. Deste modo, segundo Cefai (2017, p. 209):

O problema público passa por cima das fronteiras dos mundos sociais, organizacionais e institucionais; abre novos palcos de publicização, meio lá meio cá, sobre esses mundos e entra, de modo central ou periférico, nas agendas de muitos dos que tomam decisões.

Considerar o envolvimento da sociedade nos processos de políticas públicas, parte do pragmatismo de John Dewey (1927), que afirmar que vivemos em uma comunidade de indagadores. Neste contexto, um indivíduo não se questiona apenas em sua individualidade, mas em um processo que se desenvolve na coletividade, essa composição vai conformar, deste modo, uma comunidade de investigadores.

Assim, as abordagens pragmatistas, que se baseiam no resgate da concepção de público, têm o potencial de reabrir certos campos de análise de políticas públicas. Nesse sentido, há uma mudança de foco dos dados oficiais, instituições e normas para a trajetória dos problemas públicos (ADION; MAGALHÃES, 2021) permitindo que a coisa pública deixe de ser exclusivamente governamental e passe a fazer parte da vida cotidiana, por meio do enfrentamento de situações práticas relacionadas aos problemas públicos experimentados.

3.4 A JUVENTUDE NO DISTRITO FEDERAL

A juventude corresponde a uma importante fase de formação e desenvolvimento do indivíduo, diante diversas e importantes transições que acontecem em sua vida nesse período, correspondendo a mudança entre a infância à vida adulta, representando uma inserção em novos papéis sociais como também para novas responsabilidades. Nesse intervalo, que compreende como jovens os cidadãos com idade entre 15 e 29 anos de idade, novas relações acontecerão com o jovem como cidadão inserido em uma comunidade, estendendo-o para relações de trabalho, de estudos e de desenvolvimento pessoal, contando também, em muitos casos, com maiores demandas familiares (DIAS *et al.*, 2020).

Com esse contexto, se torna de suma importância entender os meios de inserção social que integrarão esses indivíduos e os níveis de acesso a diferentes aparatos institucionais e sociais com potencial de desenvolvimento. Diante disso, a juventude representa um período no

qual se definem e têm lugar vivências que afetarão a integração social e o curso da vida (DIAS *et al.*, 2020). Nessa perspectiva, desenvolver um estudo sobre políticas públicas para juventude leva em consideração um certo vazio de reconhecimento que este segmento teve diante da atuação do Estado.

Segundo a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) apenas em 2005 um avanço significativo foi dado para a construção da política para a juventude (SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE, 2016), uma vez que, até então, o Estado brasileiro os tratava apenas como uma fase de transição da adolescência para a vida adulta. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990⁴, em seu Art. 2º, as políticas direcionadas a esse segmento estavam limitadas aos jovens com até 18 anos de idade, sendo que, após esse período, eram automaticamente classificados como adultos e tinham acesso às políticas universais, como aquelas relacionadas à educação e à saúde, sem que suas especificidades fossem reconhecidas.

Dessa forma, o principal desafio consistia em evidenciar que a juventude é um segmento social e que os jovens são não apenas sujeitos de direito, mas também atores importantes para o projeto de desenvolvimento do país. Nesse sentido, é crucial que a Política Nacional de Juventude, e que os programas, ações e políticas públicas sejam uma política efetivamente de Estado, ou seja, uma política permanente e independente de futuras orientações ou correntes políticas que possam ser estabelecidas no poder executivo (SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE, 2016, p. 173).

De acordo com as considerações de Timoteo e Oliveira (2021), percebe-se também uma evidente negligência em relação à juventude no cenário brasileiro, diante da falta de políticas que visam promover e consolidar os direitos desse segmento. Os autores ressaltam que a preocupação com a implementação de políticas específicas para a juventude é uma questão recente, tendo um marco importante com a PEC 138/2003⁵ que dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude, a qual reconheceu os jovens como atores sociais relevantes. No entanto, a lentidão em relação a essa temática foi notável, a mencionada PEC, inicialmente proposta ao Congresso em 2003, só se tornou uma Emenda Constitucional sete anos depois, em julho de 2010 com a EC 65/2010.

⁴ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm

⁵ <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=129219>

Em um contexto mais recente, a ampliação dos direitos e das garantias a este público veio com o Estatuto da Juventude, diante do PL 4529/2004⁶ de autoria da Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar propostas de Políticas Públicas para a Juventude, aprovado 9 anos após sua apresentação. O Estatuto difundiu os direitos dos jovens, os princípios e as diretrizes para as políticas públicas de juventude no país, promulgado pela Lei nº 12.852 de 05 de agosto de 2013⁷, reconheceu como jovens os cidadãos com idade entre 15 e 29 anos de idade. De acordo com o Art. 2º da referida lei, os princípios para as políticas públicas deste público, são:

- I - Promoção da autonomia e emancipação dos jovens;
 - II - Valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações;
 - III - Promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País;
 - IV - Reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares;
 - V - Promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem;
 - VI - Respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude;
 - VII - Promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação; e
 - VIII - Valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações.
- (BRASIL, 2013)

Deste modo, pensar sobre políticas públicas para juventude envolve o reconhecimento destes princípios e da própria juventude como indivíduos portadores de direitos e potencialidades, que devem ter acesso a diferentes formas de desenvolvimento pessoal para sua plena formação perante a sociedade. Contudo, devemos considerar que os jovens transitam para a vida adulta de forma desigual, tanto pelas insuficiências das organizações e instituições quanto pelo acesso assimétrico aos serviços públicos básicos (DIAS *et al.*, 2020).

Levantando a atenção diante estas condições, existem diferentes preocupações que perpassam a vida desses indivíduos, entre elas podemos destacar aspectos relacionados ao direito à educação, ao direito à profissionalização, ao trabalho e à renda, ao desenvolvimento pessoal e profissional, do direito à saúde ao desporto e ao lazer, do direito ao território e à mobilidade e do direito à cultura. Como também dos direitos à segurança pública e ao acesso

⁶ <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=271219>

⁷ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm

à justiça, da diversidade e da igualdade e do direito à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil.

A diante, consideraremos as fragilidades presentes neste período de transição do indivíduo, permeadas por diferentes vulnerabilidades. Tanto pelo contexto em que está inserido, relacionado às desigualdades do território, quanto pela condição social e falta de acesso a serviços básicos, que limitam o alcance a um bem-estar social e de sensação de segurança, para entendermos de que modo o Jovem de Expressão se insere como programa de enfrentamento às vulnerabilidades vivenciadas pela juventude.

Pensando neste aspecto, o território do Distrito Federal possui uma ampla diversidade, com diferentes níveis sociais, assim será apresentado um agrupamento de regiões pelo critério de renda domiciliar média, conforme a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios. Tal agrupamento permite identificar situações contrastantes dentro do território do Distrito Federal, todas elas fortemente associadas ao nível de rendimento (DISTRITO FEDERAL, 2020, p. 8).

Tabela 1 - Resumo dos Grupos de Renda da PDAD 2021 no Distrito Federal

Classificação de Renda	Regiões Administrativas	População urbana	Renda domiciliar média
Alta	Águas Claras, Jardim Botânico, Lago Norte, Lago Sul, Park Way, Plano Piloto e Sudoeste/Octogonal;	544.432	R\$ 15.159,22
Média-alta	Arniqueira, Candangolândia, Cruzeiro, Guará, Núcleo Bandeirante, SIA, Sobradinho, Taguatinga e Vicente Pires;	624.654	R\$ 6.845,95
Média-baixa	Ceilândia, Gama, Riacho Fundo, Samambaia, Santa Maria e Sobradinho II;	989.578	R\$ 4.360,12
Baixa	Brazlândia, Fercal, Itapoã, Paranoá, Planaltina, Recanto das Emas, Riacho Fundo II, S. Nascente/P. do Sol, São Sebastião, SCIA-Estrutural e Varjão.	989.578	R\$ 2.860,08

Fonte: adaptação, Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal – IPEDF, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2021

Os referidos grupos de renda serviram como base para entender as diferentes condições que o território do Distrito Federal proporciona à juventude, relacionados a questões de segurança, acesso a bens públicos, equipamentos de lazer e cultura. Como também, será

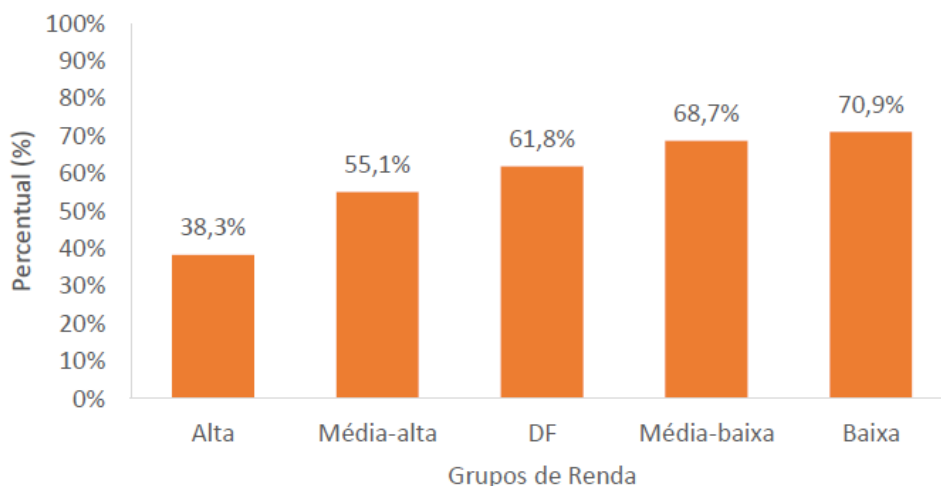
percebida a relação das vulnerabilidades e das possibilidades de desenvolvimento pessoal, educacional e profissional que estas diferentes realidades possuem dentro dos diferentes contextos e grupos de renda.

Seguindo para os contrastes vivenciados pela juventude, primeiramente, serão evidenciados como as diferentes formas de violência se configuram e permeiam a vida dos jovens, trazendo consequências diversas a sua plena formação. Conforme Andrade (2007, p. 131), em um referencial a violência, as classificações de “atos violentos” se configuram como uma série de manifestações que atravessam todos os níveis da vida cotidiana, destacando as relações familiares, relações de gênero, relações raciais entre outras. Deste modo, a violência pode se apresentar de diferentes formas, como descrito por (ANDRADE, 2007, p. 132).

A violência apresenta-se difundida em situações de humilhação, exclusão, ameaças, desrespeito, desconsideração, indiferença, omissão em relação ao outro, negação do direito do outro de ser diferente, não reconhecimento da diversidade na vida social. Assim, a violência deixa de estar relacionada apenas a intervenção física, a criminalidade e a ação policial – um dos agentes da violência estatal legítima –, passando a ser também alvo de preocupações ligadas à miséria e ao desamparo político, ao problema de exclusão social, com a presença de um novo público que se encontra em situação de “não integração” com a sociedade.

Pensar a violência para os diferentes perfis de jovens é também uma consideração necessária, tendo em vista uma maior exposição entre a população periférica do DF (CONGRESSO EM FOCO, 2016). As diferentes formas de vulnerabilidade relacionadas à segurança se apresentam de forma mais contundente em diferentes realidades e contextos sociais, realçando uma maior exposição a determinada parcela desse grupo, como os jovens negros. Um dado relevante realça que a proporção da população negra e não negra no DF varia conforme a renda média das Regiões Administrativas. As RAs de maior renda possuem a menor prevalência de população jovem negra (38,3%), enquanto o maior percentual de jovens negros encontra-se nas RAs de baixa renda, 70,9% (DISTRITO FEDERAL, 2020).

Figura 1 - Proporção de jovens negros por grupos de RAs conforme renda da PED. Distrito Federal, 2018



Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018

No contexto das regiões periféricas do DF, ou de média-baixa e baixa renda, com maior incidência de jovens negros, são onde se encontram os maiores índices de violência (CONGRESSO EM FOCO, 2016), assim refletir sobre mecanismos e ações que integrem a juventude para condições de segurança e bem estar são fundamentais em um contexto de bem estar social. Outro fator que permeia a juventude está relacionada à criminalidade no Distrito Federal, diante da presença de grupos de delinquentes, caracterizadas pelo consumo de drogas e pequenos roubos, os de bandidos tipicamente composta por traficantes, assaltantes, ladrões e às quadrilhas de ladrões de carro, de estelionatários, de assaltantes profissionais (ANDRADE, 2007, p.143).

Outra consideração perante a vulnerabilidade, que se apresenta de forma mais contundente ao jovem negro, procede da violência policial, como do distanciamento da população periférica ao considerado “centro” no DF, que comumente enquadra-se na RA I (Plano Piloto). Esse contexto foi explorado no filme (Branco Sai, Preto Fica, 2014) em uma mescla de ficção com documentário, que conta a história de um grupo de jovens da periferia do DF. O tema principal aborda a violência policial movida pelo racismo e as consequências dessa violência contra a população negra.

Simultaneamente, o filme enfatiza a responsabilidade do Estado Brasileiro perante as atrocidades retratadas na invasão de policiais a um baile de *black music* em Ceilândia/DF. O

título do longa metragem é uma referência à ordem dada pelos policiais no momento da invasão, dividindo a população que estava no local a partir de questões raciais. De modo fictício, mas contundente, o filme também retrata a necessidade de um passaporte para entrar na cidade de Brasília, delimitada como RA I (Plano Piloto), destacando uma segregação territorial presente no DF, que busca restringir o acesso de grupos considerados periféricos ou marginalizados ao considerado centro.

Com consideração às provocações colocadas, ao analisar a juventude no Distrito Federal, é necessário entender as dinâmicas que o território traz, diante a exposição de diferentes vulnerabilidades e de meios para o desenvolvimento desses indivíduos, entre as possibilidades de acesso e limitações presentes nos diferentes contextos sociais da cidade. Considerando a Área Metropolitana de Brasília - AMB, formada por Brasília e os núcleos de Goiás limítrofes como um único sistema urbano (DIAS *et al.*, 2020) destacam que as barreiras sociais, que muitas vezes se confundem com a segregação territorial, são determinantes para a diversidade de trajetórias dos jovens na educação, no mercado de trabalho e na constituição de família.

Desse modo, é necessário refletir sobre as diferentes condições de acesso que o jovem possui, relacionados aos bens públicos disponíveis e presentes na cidade. Conduzindo essa reflexão para o contexto, é perceptível como o Plano Piloto, caracterizado como grupo de alta renda, concentra grande parte dos equipamentos de cultura e lazer constituídos pelo poder público, destacando espaços como o Centro Cultural Banco do Brasil - CCBB, o Teatro Nacional, a Biblioteca Nacional de Brasília, o Planetário de Brasília, o Museu Nacional, o Espaço Cultural Renato Russo, o Parque Ecológico Água Mineral, a Caixa Cultural Brasília. Enquanto isso, nas diversas periferias do DF os equipamentos de lazer e cultura públicos estão relacionados ao protagonismo das comunidades em promover esses espaços, diante da potência das ocupações culturais como resistências sociopolíticas na transformação social das periferias (COUTO; ANDRADE, 2022).

Com isso, percebe-se que dentro da a Área Metropolitana de Brasília - AMB, o acesso a diferentes espaços com potencialidade de desenvolvimento, aprendizagem, cultura e lazer se tornam menos acessíveis a moradores de outras regiões administrativas, delimitadas por grupos de média, média-baixa e baixa renda, devido ao próprio distanciamento, junto a carência de transporte público da cidade, diante da má qualidade do serviço em relação a oferta e ao preço

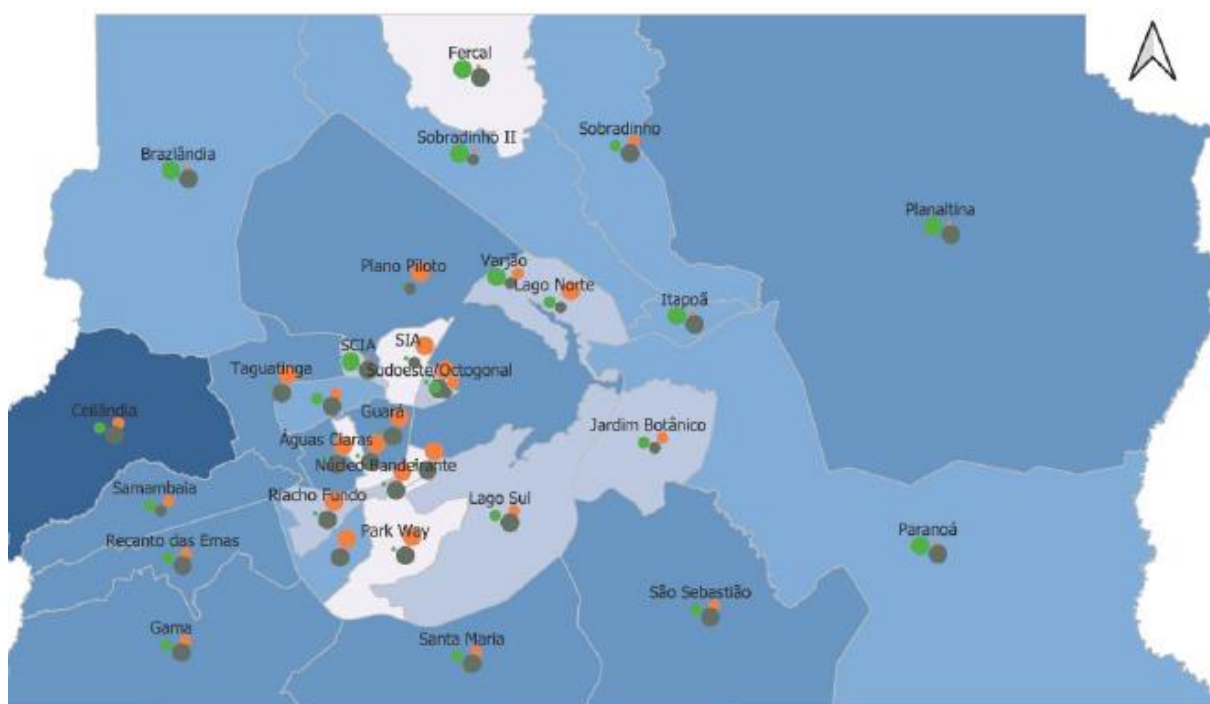
abusivo das passagens, explicitado de forma breve por Mendonça (2020), que destaca a baixa qualidade do transporte público.

Discutir sobre os diferentes acessos e possibilidades de integração a equipamentos públicos torna-se de grande importância. Levando em consideração a proporcionalidade de ocupação dos jovens dentro do DF e a facilidade para usufruir os diferentes serviços públicos, é necessário observar onde a juventude está presente. Segundo dados levantados pelo Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal – IPEDF⁸, em 2021, residiam 725.916 jovens no Distrito Federal, equivalente a 24,1% da população total (3.010.881).

Outro dado importante veio com o levantamento feito pelo PDAD em 2018, embora não representem a totalidade de jovens hoje no Distrito Federal, consegue trazer de forma aproximada onde reside a maior parcela da juventude do Distrito Federal. Conforme o levantamento, é perceptível como grande parte da juventude está presente nas periferias. Em números absolutos, Ceilândia concentrava, no levantamento realizado, o maior número de jovens (DISTRITO FEDERAL, 2020, p. 11).

⁸ <https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/11/RETRATOS-SOCIAIS-JUVENTUDE-SUMARIO-FINAL.pdf>

Figura 2 - Número total de jovens de 15 a 29 anos e percentual por faixas etárias, segundo as Regiões Administrativas do Distrito Federal, 2018



Legenda

Nº de jovens de 15 a 29	% de jovens de 15 a 19 anos	% de jovens de 20 a 24 anos	% de jovens de 25 a 29 anos
428 - 4.621	25% - 31%	29% - 32%	28%
4.622 - 11.038	31% - 34%	32% - 35%	28% - 33%
11.039 - 25.736	34% - 37%	35% - 41%	33% - 35%
25.737 - 59.266			
59.267 - 11.2013			

Fonte: Codeplan, Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2018

Trazendo a reflexão à perspectiva de estudo e trabalho, as condições para o desenvolvimento do jovem nessas áreas também são permeadas por diversas desigualdades educacionais, de gênero, raça/cor e de territórios. Uma condição muito discutida nesse âmbito relaciona-se a questão dos jovens que não estudam nem trabalham, com um rótulo homogeneizador dos “nem-nem”, que acaba encobrindo a heterogeneidade de situações vividas e acaba por silenciar as diferenças no modo em que as diferentes classes sociais lidam com a transição da escola para o mercado de trabalho, o que também reforça a versão estereotipada e simplificadora que se tem da questão (DIAS *et al.*, 2020).

Deste modo, a situação “nem-nem” para alguns se associa muitas vezes a desvantagens sociais, enquanto para outros são suscetíveis devido ao próprio privilégio de se encontrar nessa situação, assim, a problemática assume uma face mais complexa e imbricada aos fatores da

estrutura social, expressos também nas desigualdades socioespaciais, sendo uma questão interseccional entre gênero e classe, à luz das desigualdades sociais (DIAS *et al.*, 2020).

Pensando nesses aspectos, a inserção social no mercado de trabalho e o acesso integral aos estudos pode ser caracterizado por uma precariedade devido à estrutura de oportunidades e como ela se dispõe nos territórios segregados da cidade, além das indeterminações provocadas pelas mudanças do contexto urbano que produzem certa insegurança social e diferentes vulnerabilidades. Assim, as interações entre contexto socioeconômico e a inserção seguem variando segundo a exposição às desigualdades, com isso (DIAS *et al.*, 2020, p. 175) apontam que:

Para garantir o acesso desses jovens à estrutura de oportunidades, é importante identificar os elementos que condicionam suas vulnerabilidades, tendo em vista a importância estratégica da inserção social e econômica dos jovens para o desenvolvimento dos territórios. As desigualdades estruturais que os levam a crescentes dificuldades para se incorporarem ao mercado de trabalho, a particular concentração de pobreza nesse segmento da população, os atrasos e as desigualdades educacionais, de gênero, raça/cor e territoriais articulam-se como fatores que devem ser levados em consideração para definir e compreender as juventudes.

Nesse sentido, podemos refletir como muitos dos jovens enquadrados como “nem-nem” são fortemente marcados pela pobreza, pelas desigualdades étnico-raciais e de gênero. Com isso, a exclusão educacional e a inclusão precária no mercado de trabalho carregam a herança de privações a oportunidades e direitos que vão sendo transmitidas de uma geração a outra. (DISTRITO FEDERAL, 2014).

Deste modo, a proposta do estudo do Jovem de Expressão é devido ser um programa reconhecido na sua atuação com o público jovem e suas distintas demandas, relacionadas aos diferentes contextos vivenciados pela juventude. Relacionando ainda as ações as diretrizes gerais do Estatuto da Juventude, em que agentes públicos ou privados envolvidos com políticas públicas de juventude devem atentar-se, sendo elas expostas no Art. 3 da Lei nº 12.852 de 05 de agosto de 2013:

- I - Desenvolver a intersetorialidade das políticas estruturais, programas e ações;
- II - Incentivar a ampla participação juvenil em sua formulação, implementação e avaliação;
- III - Ampliar as alternativas de inserção social do jovem, promovendo programas que priorizem o seu desenvolvimento integral e participação ativa nos espaços decisórios;

IV - Proporcionar atendimento de acordo com suas especificidades perante os órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população, visando ao gozo de direitos simultaneamente nos campos da saúde, educacional, político, econômico, social, cultural e ambiental;

V - Garantir meios e equipamentos públicos que promovam o acesso à produção cultural, à prática esportiva, à mobilidade territorial e à fruição do tempo livre;

VI - Promover o território como espaço de integração;

VII - Fortalecer as relações institucionais com os entes federados e as redes de órgãos, gestores e conselhos de juventude;

VIII - Estabelecer mecanismos que ampliem a gestão de informação e produção de conhecimento sobre juventude;

IX - Promover a integração internacional entre os jovens, preferencialmente no âmbito da América Latina e da África, e a cooperação internacional;

X - Garantir a integração das políticas de juventude com os Poderes Legislativo e Judiciário, com o Ministério Público e com a Defensoria Pública; e

XI - Zelar pelos direitos dos jovens com idade entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos privados de liberdade e egressos do sistema prisional, formulando políticas de educação e trabalho, incluindo estímulos à sua reinserção social e laboral, bem como criando e estimulando oportunidades de estudo e trabalho que favoreçam o cumprimento do regime semiaberto.

(BRASIL, 2013)

O Jovem de Expressão – JEX é um programa que promove oficinas, comunicação, projetos, ações, eventos e espaços de diálogo. Trabalhando com eixos de cultura, educação, profissionalização e saúde mental, o JEX realiza projetos interdisciplinares para jovens de 18 a 29 anos (JOVEM DE EXPRESSÃO, 2014). Diante dos contextos explicitados, que apresentam diversas questões relacionadas à saúde, educação, trabalho, cultura, desenvolvimento, violência e direitos humanos, que também integram as diretrizes do Estatuto da Juventude, podemos relacionar o Jovem de Expressão com os princípios mencionados acima, principalmente com o segundo e o sexto, no que diz respeito ao incentivo ao jovem em participar da formulação, implementação e avaliação de ações para juventude como da integração destes dentro do território, no alcance a atender problemas públicos do público-alvo do programa.

Assim, o JEX demonstra relação com os princípios e com os objetivos apresentados pelo Estatuto, considerando o jovem como ator e destinatário de serviços estratégicos, que encontra respaldo na própria estrutura do programa para efetivação de ações e iniciativas para juventude. No programa, o jovem é o principal protagonista, sendo reconhecido como agente de mudança, em relação com as diretrizes mencionadas, ao investir em uma perspectiva integrada de construção.

Presente na cidade de Ceilândia/DF, o JEX tem como objetivo promover a saúde de jovens realizando ações de terapia comunitária, prevenção à violência, ao crime e ao uso de drogas, tendo como objetivo o incentivo de práticas saudáveis e empreendedoras entre a juventude (JOVEM DE EXPRESSÃO, 2014). Formada por jovens que acreditam na transformação dos próprios jovens, o principal ator no programa é o jovem, o programa consegue articular os estudos, o trabalho, a formação cultural e ética, a diversão e o esporte, dando início a um novo paradigma de políticas públicas para a juventude.

O programa promove o fortalecimento e criação de redes institucionais entre a sociedade, instituições e a iniciativa privada (ZAMPIER, 2014). Deste modo, é necessário levar em consideração que trabalhar com políticas públicas, nesse caso para juventude, pode remeter a uma sobreposição de ações, que envolve o reconhecimento de diferentes percepções e ações relacionados aos problemas públicos.

3.5 COMPREENDENDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Em uma retrospectiva das políticas públicas no Brasil, destaca-se que até meados do ano de 1990, seu desenvolvimento se dava majoritariamente de modo centralizador, hierárquico, homogêneo e majoritariamente setorial pelo Estado, de tal modo que a sociedade civil era excluída da participação nos processos de formulação, implementação e controle, tendo um papel meramente passivo, com pouco poder decisório, relacionado a uma democracia representativa em vez de uma atuação participativa nesses processos (FARAH, 2001).

A Constituição Federal de 1988, considerada a Constituição Cidadã por ter fortalecido a efetivação dos direitos fundamentais das pessoas, quais sejam os direitos civis e políticos, os direitos sociais, de certo modo, buscou realizar uma descentralização de poder e inserir uma maior participação da sociedade nos processos decisórios, proporcionando uma emancipação política do indivíduo, para que esse tenha maior capacidade de atuar no destino da sua comunidade, distanciando-se na medida do possível, do modelo no qual o Estado centraliza a tomada de decisão e implementação de políticas homogêneas, sem levar em conta o contexto e realidade das diferentes localidades.

Nesse sentido, salienta-se que a construção de políticas públicas em um espaço público que transcende a esfera estatal amplia a possibilidade de políticas sustentáveis de longo prazo, relacionando a mobilização de diferentes atores, governamentais e não-governamentais,

expandido a relação entre Estado, sociedade civil e mercado, intencionadas a resolução de problemas públicos (FARAH, 2001).

Repensar a formulação e tomada de decisão no âmbito das políticas públicas possibilita considerar tais processos para além da atuação do Estado, compreendendo que diferentes atores podem estar envolvidos, tirando do centro desse percurso de desenvolvimento os *policy makers*, incorporando diferentes racionalidades e reforçando uma ação sociocêntrica nas dinâmicas de formação de políticas públicas. Entretanto, tais práticas pouco se apresentam de modo relevante nos processos de PP no país, conforme apontado (PERES, 2020, p. 72).

Se por um lado, a literatura vem incorporando a pluralização de atores (governamentais e não governamentais), de modelos de análise (passando por redes, subgovernos, comunidades políticas, sistemas complexos, etc.) e a diversificação temática (perpassando discussões de gênero, raça, etnia, questões geracionais, etc.), por outro lado, os indícios de que tais incorporações possam transformar, significativamente, os modos de pensar, de desenhar, de interpretar, de analisar, de estudar ou de julgar políticas públicas ainda são muito fracos.

A dificuldade nessa incorporação pode ser compreendida diante da quebra de paradigma, que se relaciona a ruptura de valores, de grupos sociais dominantes no aspecto político ou da *politics*, representada pela inserção de diferentes racionalidades no desenvolvimento de políticas públicas, que subjazem novos caminhos e tratamentos a questões identificadas como problemáticas. Compreender essas divergências realça que “a política diz respeito à disputa entre quadros de valor ativos em uma sociedade e o conhecimento que é produzido está sempre situado em tais quadros” (BOULLOSA, 2019, p. 6).

Deste modo, não podemos desassociar a tomada de decisão dos referidos valores e da incorporação desses dentro de governos. Nesse sentido, as políticas públicas demandam da perspectiva de diferentes atores, que ao expressar suas diferentes racionalidades, práticas, narrativas, argumentos e valores possibilitam meios de disputa e construção que transcendem uma democracia representativa.

Os referidos processos de disputa que se empregam nesse percurso requerem a “problematização de um quadro valorativo que não se apoie em uma neutralidade na relação entre o fazer ciência e o fazer política” (BOULLOSA, 2019, p 6). Assim, em uma análise desses processos, se complementa com a consideração que, dentro das políticas públicas, o movimento que visa separar fatos e valores oportuniza uma análise que realça a eficiência e eficácia dos meios para atingir objetivos políticos pretendidos e previamente estabelecidos (FISCHER, 2016).

Assim, considerar a coexistência democrática de múltiplas racionalidades no contexto das políticas públicas envolve a incorporação de diferentes quadros valorativos que devem ser levados em consideração diante seu desenvolvimento. Adiante, o enquadramento dos valores em situações de ação pública reforça a interdependência entre estes, observando o caminho inverso, nota-se que, estes valores ativos, sempre implícitos, parciais e incertos, que subjazem os valores explicitados, os argumentos, as narrativas e os textos produzidos e modelados em diferentes fluxos de políticas públicas (BOULLOSA, 2019, p. 10)

Partindo então à incorporação de diferentes atores, valores e racionalidades, há de se considerar as ações já praticadas, que vão de encontro a atuação das comunidades em determinado contexto perante situações que os indivíduos consideram problemáticas. Desse modo, podemos considerar o “*agir plural*” como um meio pelo qual as comunidades se apresentam e atuam no que já delimitamos como problemas públicos (PERES, 2020, p. 53).

Esse caminho pode ser útil para esclarecer tanto os processos de formação de público, quanto os processos de formação socioterritorial, permitindo interpretar o próprio *policy process* como um conjunto de práticas. Assim, diante da observação e pela interpretação de diferentes formas em que os territórios são praticados podemos estudar ‘experiências públicas’ (PERES, 2020, p. 53) associadas às práticas já desenvolvidas nos territórios por diferentes atores.

Por fim, avança-se para o estudo, diante da multiplicidade apresentada, das políticas públicas pelos caminhos da gestão social, considerando-as como fluxos ativados por uma multiatorialidade, mediante processos de problematização e publicização que vão de encontro ao tratamento de problemas públicos, direcionados à busca de soluções e no encontro de públicos mais amplos. Desse modo, vislumbrando o envolvimento e a participação de diferentes atores, considerando a participação do mercado e o reconhecimento desse fluxo por diferentes instituições, busca-se entender o desenvolvimento de políticas públicas por esse caminho, compreendendo assim:

Políticas públicas como um fluxo de ações e intenções ativadas por diferentes atores que buscam governar (inclusive definindo) problemas públicos ou bens públicos de acordo com suas compreensões de tais problemas ou bens, mas também de acordo com seus poderes de governabilidade, de mobilizar recursos e de influenciar os demais atores que conformam aquela específica arena pública correspondente às ações ativas (BOULLOSA, 2013, p.77-78).

Assim, partimos para o caso do Jovem de Expressão como um programa que busca trabalhar os problemas públicos que permeiam a juventude do Distrito Federal pelo caminho da gestão social como um modo de fazer juntos, compreendendo o mesmo como uma política pública que se concretiza diante de um fluxo de ações e intenções, promovendo processos de problematizações, que por meio de argumentos, da reflexividade e de práticas, consolidando públicos diante de uma experiência estética de afeição a questões relacionadas à juventude.

Figura 3 - Matriz de Análise

Elementos de análise	Abordagem racional (<i>Policy analysis</i>)	Abordagem argumentativa (<i>Policy studies</i>)	Abordagem pragmatista
Compreensão de política pública	Ação governamental que se expressa por meio dos registros oficiais da tomada de decisão governamental tais como leis, atos, regulamentações e relatórios oficiais.	Diferentes compreensões, que incluem na análise as ações, os atores, os espaços e os argumentos, destacando o processo e o caráter político do fazer política.	Ação pública, que vai além da política pública, em resposta aos problemas públicos. Trata-se de um processo de experimentação, de codefinição e codomínio das situações problemáticas
Espaço, lócus	Governo.	Diferentes organizações como não governamentais, privadas, movimentos sociais.	Arenas públicas, articulações negociadas, redes.
Dimensões de análise	O foco está nos resultados e em sua relação com o planejado/formulado, a partir de uma análise neutra e racional, sobretudo de caráter quantitativo.	Análise interpretativa, considerando o processo e o caráter político das políticas públicas.	Busca compreender as experiências, a política enquanto elas estão sendo feitas e acontecem e os múltiplos enquadramentos, engajamentos e visões dos atores
Escalas de análise	Macroestratégica.	Nos diferentes níveis, estratégico, operacional e básico.	Em todo espectro da ação pública, buscando ressaltar a interconexão entre as escalas da realidade (macro, meso e micro).
Compreensão do problema público	Algo dado <i>a priori</i> a partir de análises oficiais e estatísticas.	Considera as múltiplas dimensões dos problemas públicos.	Percepções compartilhadas em processos de codefinição e de codomínio de situações percebidas como problemáticas que provocam a mobilização de diversos atores que passam a agir coletivamente nas arenas públicas.
Atores centrais e protagonismo	Atores governamentais, protagonismo dos especialistas.	Diversidade de atores, públicos, privados e sociedade civil.	Multiplicidades de atores, interesses, e formas de engajamento.
Relação entre os atores	Relação instrumental, barganha.	Diferentes tipos de relação e discursos.	Múltiplas formas de relações, caracterizadas por processos de cooperação e competição.
Lógica de Governança da PP	Governança centrada no governo, hierárquica <i>top-down</i> .	Governança participativa.	Governança colaborativa, experimentalista.

Fonte: adaptação ADION; MAGALHÃES (2021, p. 533)

Para compreender o programa Jovem de Expressão como uma política pública, é utilizado a perspectiva de análise da abordagem pragmatista, que as compreende como uma ação pública em resposta aos problemas públicos, a partir de processos de codefinição e codomínio de situações identificadas como problemáticas diante de uma multiplicidade de atores, ou de uma multiatorialidade presente nesse fluxo que a conforma.

4 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

O objeto (sujeito) de pesquisa deste estudo é o Programa Jovem de Expressão localizado na Ceilândia/DF e a pesquisa objetiva discutir e interpretar a formação e mobilização de público diante da estruturação e atuação do programa no enfrentamento aos problemas públicos que permeiam a juventude, como problematizar o financiamento do programa, para além de um aparato estatal.

Como suporte metodológico-empírico e analítico para a compreensão da gestão social envolvida no enfrentamento aos problemas públicos da juventude, recorre-se inicialmente às noções de fluxo de políticas públicas (Boullosa, 2013; 2019) e de situações de problematização e publicização (Dewey, 1927) na construção de públicos em torno de problemas públicos e consequentemente na inserção destes nos fluxos de políticas públicas. Analisar no plano analítico problemas públicos, formação de público, multiatorialidade e o paradigma da gestão social, diante da articulação de categorias como: (i) argumento, (ii) reflexividade, (iii) público, (iv) prática e (v) experiência estética (PERES; BOULLOSA; BESSA, 2021, p. 493).

4.1 NATUREZA DA PESQUISA

O plano metodológico determina o caminho da construção das inferências, perguntas de pesquisa e respostas (PERES, 2020). Esta pesquisa adota a abordagem qualitativa, com o objetivo de explorar e compreender o significado atribuído por indivíduos ou grupos a um problema público e social (CRESWELL, 2010), nesse estudo de caso, focado nas questões que envolvem a juventude. Priorizamos a qualidade e a natureza dos argumentos, da reflexividade e das práticas, em vez de suas características quantitativas, como o número de ações implementadas ou a quantidade de pessoas envolvidas ou beneficiadas pelos projetos e ações do programa. A ênfase está na construção de dados por meio de visitas de campo, observação não participante, entrevistas semiestruturadas, análise documental e bibliográfica e identificação de práticas, tanto em campo quanto em redes sociais, para uma interpretação voltada para a qualidade do enfrentamento aos problemas pela perspectiva da própria juventude que conforma o programa.

Assim, metodologicamente serão utilizados diferentes instrumentos, como análise bibliográfica e documental, entrevista semiestruturada e observação não participante para alcançar cada um dos objetivos específicos, relacionados à parte operacional desta pesquisa. Outros instrumentos que serão assumidos como matérias de pesquisa são os argumentos dos

atores, documentos e entrevistas em redes sociais, práticas, observação, interação entre os atores e os argumentos que são utilizados em arenas diante dos problemas públicos que permeiam a juventude. Consideramos ainda, no plano ontológico, que diz respeito a natureza e onde está fundada a premissa desta pesquisa, diante de onde o pesquisador olha as políticas públicas, destaca-se a percepção desta a partir de um viés fortemente sociocêntrico.

No plano empírico, que remete ao lugar de onde o pesquisador escolhe suas fontes de pesquisa, está compreendida as informações mais relevantes para o estudo. Este plano é, segundo Peres (2020.), o *locus* de operacionalização da pesquisa, onde os materiais são construídos e utilizados, no decurso da investigação, para a interpretação do objeto (que é entendido também como sujeito) de pesquisa escolhido. No presente estudo, selecionamos como objeto e sujeito de pesquisa o Programa Jovem de Expressão, os artigos, os documentos, os coordenadores do JEX, as redes sociais (Facebook: Jovem de Expressão; Twitter: @jovemdeexpressa; Instagram: @jovemdeexpressao; YouTube: Jovem de Expressão; Site: <https://jovemdeexpressao.com.br>) que poderiam nos ajudar a compreender a estruturação e atuação do Jovem de Expressão, para construção de uma estrutura central de materiais de pesquisa.

Foram utilizados alguns instrumentos principais para a construção de dados: (I) leitura de publicações científicas e jornalísticas, artigos, revistas e outros materiais acerca das categorias teóricas da pesquisa e, mais especificamente sobre o Jovem de Expressão; (II) observação não-participante do funcionamento do Programa na Praça do Cidadão (Ceilândia/DF) e (III) entrevistas semiestruturada.

4.2 POSIÇÃO DO PESQUISADOR

Como homem negro, estudante do curso de Gestão de Políticas Públicas, assumindo políticas como práticas e experiências num contexto de multiatorialidade ativada, diante da formação de públicos provocados pela experiência estética. Observa-se a crença de que a ciência é ponderada pelos interesses do pesquisador, não neutra e imbuída de valores, onde a construção dos fatos e dos dados são contínuos. Assim, me posiciono no olhar que busca superar a dimensão estadocêntrica do ator individual ou *policy makers* como único agente de ação em políticas públicas, mostrando que há múltiplos caminhos de análise, não dissociando as arenas públicas aos problemas públicos, pois através da arena há a articulação e mobilização de uma diversidade de públicos, argumentos e valores. Observando o Jovem de Expressão como programa ou até mesmo política pública em um lugar significativo de práticas e contextos

de múltiplos atores, que com atos não projetados de luta e resistência conquistaram e pactuaram o território que hoje carrega traços de uma identidade marcada por esses atores não governamentais.

4.3 CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Existem diversas abordagens para a obtenção de dados, e a escolha delas varia de acordo com as circunstâncias ou o tipo de pesquisa. MARCONI e LAKATOS (2005) mencionam diferentes técnicas de pesquisa comumente empregadas, tais como: coleta documental, observação, entrevista, medidas de opiniões e atitudes, sociometria, análise de conteúdo e história de vida.

Os instrumentos de pesquisa utilizados neste estudo foram selecionados com base em sua capacidade de atingir os objetivos específicos. A seguir, apresenta-se um quadro representativo dos instrumentos utilizados:

Quadro 1 - Apresentação dos meios de pesquisa utilizados

Objetivos	Instrumentos
Identificar como diferentes atores conformam esse “público” multiatorial.	Análise Bibliográfica Análise Documental Entrevista
Identificar as práticas de uso (do território) no âmbito do programa, realizadas pela juventude.	Análise Documental Observação não participante Entrevista
Problematizar como as ações do Jovem de Expressão estão associadas às diretrizes de políticas públicas para juventude	Análise Bibliográfica Análise Documental Entrevista
Descrever/discutir o processo de financiamento do programa, para além de um aparato estatal	Análise Documental Entrevista

Fonte: Elaboração própria

De acordo com o Quadro 1, foram utilizados os seguintes instrumentos de pesquisa:

A. **Análise bibliográfica:** A revisão bibliográfica abrange toda a literatura relacionada ao tema de estudo, como publicações em jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses e artigos. Seu objetivo é permitir que o pesquisador entre em contato com tudo que está relacionado ao assunto. No entanto, a análise bibliográfica vai além de simplesmente expor o pesquisador a estudos já realizados, como afirmam MARCONI e LAKATOS (2005, p. 183): "A pesquisa bibliográfica não consiste apenas na repetição do que já foi dito ou escrito sobre determinado assunto, mas proporciona a exploração de um tema sob uma nova perspectiva ou abordagem, resultando em conclusões inovadoras".

Com o intuito de manter a relação com o foco desta pesquisa, que busca abordar as questões sociais pertinentes, foram selecionados neste referencial bibliográfico autores como John Dewey, Daniel Cefaï, Boullosa e Peres, cujas obras dialogam com o escopo do estudo.

B. **Análise documental:** Toda pesquisa envolve a coleta de dados a partir de diversas fontes, a fim de construir um conjunto de conhecimentos prévios sobre o campo de interesse (MARCONI e LAKATOS, 2005). Esse processo de coleta de dados ocorre de duas formas: por meio de pesquisa documental (fontes primárias) e pesquisa bibliográfica (fontes secundárias). Os documentos utilizados neste estudo incluem arquivos públicos, como leis, relatórios de avaliação e de ações do programa Jovem de Expressão, revistas do Jovem de Expressão, Portfólios e fontes estatísticas do Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal – IPEDEF, antes Companhia de Planejamento - CODEPLAN.

C. **Observação não-participante:** Conforme mencionado por MARCONI e LAKATOS (2005.), a observação não participante ocorre quando o pesquisador estabelece contato com o grupo ou realidade estudada, mas permanece externo ao processo. Diante do envolvimento com as oficinas e encontros desenvolvidos pelo programa Jovem de Expressão, a observação não participante proporcionou a coleta de dados sobre o programa, oportunizando acompanhar diversas ações, como debates, a realidade dos jovens e atores envolvidos, a relação entre a coordenação o e público, bem como a interação entre os próprios jovens.

D. **Entrevista Semiestruturada:** No presente trabalho foi realizada uma entrevista semiestruturada. Buscou-se entrevistar a coordenadora do Jovem de Expressão, a fim de perceber as diferenças na gramática de justificação como o processo de financiamento do Jovem de Expressão. Também foram explorados como o programa lida com a percepção do

problema público em questão, os argumentos e valores incorporados ao JEX e aprofundar na discussão do processo de financiamento do programa, para além de um aparato estatal.

Diante das considerações, foi estruturado um roteiro para realização da entrevista, que serviu como base para a conversa desenvolvida com a coordenadora do Jovem de Expressão, Entrevistada 01, no dia 07 de julho de 2023. Diante do modelo de entrevista semiestruturada, buscou-se desenvolver uma conversa mais aberta, onde as questões apresentadas deram um caminho para um diálogo e troca de informações que atendessem aos objetivos específicos deste estudo.

4.4 O PROGRAMA JOVEM DE EXPRESSÃO

O Jovem de Expressão - JEX surgiu de um planejamento em marketing social do Instituto Caixa Seguradora em 2007. Conforme explica a então coordenadora, Alice Scartezine (JOVEM DE EXPRESSÃO, 2016), a iniciativa surgiu diante da identificação de diferentes vulnerabilidades que permeiam o público jovem do Distrito Federal. Disposto a participar da construção de um futuro melhor para a juventude o Grupo Caixa Seguros encomendou pesquisa, para identificar quais fatores deixam a juventude mais vulnerável à violência, intitulada “Fatores Determinantes da Violência Interpessoal entre Jovens no DF⁹”. O estudo identificou diversas vulnerabilidades, principalmente relacionadas à baixa escolaridade e baixa renda, assim o programa foi criado com o intuito de trabalhar com os jovens da periferia. Conforme a coordenadora do JEX:

O Jovem de Expressão surge a partir de uma pesquisa diretamente relacionada à vulnerabilidade na juventude. A partir dos dados levantados, a Ceilândia apareceu como uma das regiões com maior índice de vulnerabilidade, fazendo com que o programa fosse pensado para ser executado nesse território (Entrevistada 01).

Em conformidade, o presidente da Rede Urbana de Ações Socioculturais - RUAS, Antônio de Pádua, destaca que o coletivo conheceu o JEX por meio do edital lançado pela Caixa Seguradora para que entidades do terceiro setor oferecessem propostas para fazer a gestão do programa na Ceilândia/DF. A partir do envolvimento, a RUAS foi contemplada no edital e se tornou parceira do Instituto Caixa Seguradora, atuando no enfrentamento das vulnerabilidades que envolvem a juventude, entendidos da tecnologia social que é o JEX (JOVEM DE EXPRESSÃO, 2016).

⁹ https://jovemdeexpressao.com.br/wp-content/uploads/2022/05/viole_df_compressed.pdf

A Caixa Seguradora, hoje representada pelo Instituto CNP Brasil, criou o Jovem de Expressão, seu principal programa de investimento social, para ligar conhecimento, parceria e estratégias de transformação social para fazer a diferença na vida dos jovens moradores da periferia do Distrito Federal (ZAMPIER, 2014). Com o desenvolvimento do programa a RUAS ficou responsável pelas ações, oficinas, projetos e atividades culturais.

Para o Instituto Caixa Segurado, o Jovem de Expressão é uma tecnologia social que apoia jovens, reduzindo sua vulnerabilidade à violência urbana e aumentando sua valorização no mercado de trabalho. Já a Rede Urbana de Ações Socioculturais - RUAS, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atua para promover a transformação sociocultural da juventude da periferia do Distrito Federal, fundada em 2006, tem a premissa que ocupar espaços públicos traz mudanças socioterritoriais no contexto em que os jovens estão inseridos.

A RUAS acredita que a mudança no meio social em que o jovem está inserido é possível a partir da ocupação dos espaços públicos para a prática de atividades que promovam a interação e o desenvolvimento de diferentes formas, através de manifestações artísticas, da cultura urbana, música, dança, esportes, educação, comunicação comunitária e empreendedorismo social (RUAS, 2023).

Assim a Rede procura desenvolver ações socioculturais que promovam a inclusão e justiça social a jovens da periferia, levando em consideração a ocupação de espaços públicos e a própria rua, entendido como espaço de interações e de promoção de atividades, ações e projetos no território. Trata-se de uma ação que tem como principal foco os jovens da periferia que antes estavam “parados”, e agora veem a oportunidade de explorar habilidades, interesses, preferências e interações sociais que possivelmente não seriam desenvolvidos se esse ambiente não tivesse sido criado (RUAS, 2023).

Conforme as observações não participantes realizadas no espaço em que são executadas grande parte dos projetos do JEX, a RUAS é formada por um público, consolidado diante os processos de problematização e publicização, explorados no capítulo 3.2, que se estruturou diante do problema da vulnerabilidade enfrentada pela juventude, e tem como visão diminuir as desigualdades sociais dos jovens da periferia do DF. A rede considera como valores a: criatividade, inovação, transparência, ética, compromisso e responsabilidade social (RUAS, 2023). Deste modo, foi percebido que a atuação é multidimensional, da mesma forma que os problemas públicos identificados pela Rede.

Em sua ocupação no território, o JEX se consolidou na Praça do Cidadão em Ceilândia/DF, e conta com uma galeria de arte (Risofloras), teatro de bolso, sala de aula, sala de edição audiovisual e biblioteca, além das áreas comuns da Praça, onde estão disponíveis ainda um coreto, quadra de esportes e parque infantil, compreendendo um espaço cultural da RA de Ceilândia. O Jovem de Expressão ocupa esse espaço desde 2010, participando ainda do “Adote Uma Praça”, programa criado pelo Distrito Federal por meio do Decreto 39.690/2019¹⁰. O JEX colabora com a manutenção e preservação do local, e atualmente está em processo de receber a cessão de uso do espaço do Governo do Distrito Federal (JOVEM DE EXPRESSÃO, 2023).

Conforme apontado por Peres (2020, p. 197), em 2006 a Praça do Cidadão se encontrava abandonada, considerada um local tomado pelo consumo e pelo tráfico de drogas, por roubos e pelo conflito armado entre gangues de quadras rivais. No entanto, em contraposição ao propósito de grande parte das políticas urbanas, constatou-se que a ocupação da praça pela RUAS não visava essencialmente a pacificação ou regulamentação do território, mas sim a sua negociação e pactuação, mediante o estabelecimento de novas formas de utilização. Assim a Rede começou a dar um novo significado à ocupação do espaço e do território, assim:

O principal objetivo do grupo era reverter a lógica: “enquanto todo mundo dizia pros meninos saírem das ruas, nosso nome é RUAS, porque a gente acredita que a rua é o espaço mais democrático que a gente tem” (MACIEL, 2019b); enquanto a sociedade condiciona tudo – se o jovem está na escola, se tem boas notas, se vai dar o resultado esperado –, o crime não pergunta nada, só agrega. (PERES, 2020, p. 197).

Com a ocupação da praça, o Jovem de Expressão passou a ressignificar o espaço, permitindo uma ruptura entre as relações dos jovens com o território, que se encontravam suscetíveis à insegurança e criminalidade devido às dinâmicas estabelecidas. O programa passou a realizar projetos, atividades, manifestações artísticas, apresentar cultura para a comunidade, como dar espaços de fala para a juventude, uma das principais práticas adotadas pelo JEX. A partir da coordenação da RUAS, foram promovidas novas práticas, oficinas culturais, aumentando a comunicação com a comunidade de Ceilândia/DF. Com a pactuação

¹⁰ https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/33634c5082e7471fa38a72f48636b417/Decreto_39690_28_02_2019.html

do espaço, em 2010, deram início à execução do programa Jovem de Expressão na Praça do Cidadão (PERES, 2020, p. 198).

Em parceria com a Caixa Seguradora a Rede se tornou referência no Distrito Federal e passou a constituir uma importante catalisadora e articuladora de práticas: oficinas (gratuitas e com certificação); espaços de escuta e diálogo, como o “Fala Jovem”, uma roda de terapia comunitária aberta à comunidade e mediado por psicólogas; um Laboratório de Empreendimentos Criativos – LECria, que funciona como incubadora social, selecionando e financiando projetos ou coletivos, em diversas áreas (PERES, 2020, p. 244).

No JEX já foram realizadas aulas de informática, cenografia, produção de eventos, produção de vídeo, fotografia, quadrinhos, comunicação comunitária, roteiro, corpo e expressão, curso de controle social, freestyle, all dance, hip hop/ragga, break, teatro, fanzine, estêncil, produção de beats, intervenção urbana, slackline, basquete de rua e skate (ZAMPIER, 2014). Atualmente, o programa disponibiliza, um infocentro, com computadores conectados à internet, um cursinho Pré-vestibular e um curso de idiomas, totalmente gratuito e ofertado por professores voluntários, atendimento jurídico voluntário à comunidade, em questão tributária, criminal e cível (ZAMPIER, 2014; JEX, 2018).

No ano de 2010, o Jovem de Expressão foi considerado uma ‘tecnologia social’ sistematizada em um manual de quatro volumes (validados pelo escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime – UNODC e pela Organização Pan-Americana de Saúde – OPAS), e passou a ser executado pela RUAS, em função de sua experiência em cultura urbana, no desenvolvimento de instrumentos de intervenção socioterritorial e na promoção de espaços colaborativos, dinâmicos e agregadores (ZAMPIER, 2014).

5 RESULTADO E DISCUSSÃO

Nessa parte do trabalho trataremos dos resultados observados através do levantamento de dados e informações do Jovem de Expressão e suas relações com as teorias propostas. Após a obtenção desse resultado, foi feita uma análise para buscarmos entender as formações e as formas de articulação dos diferentes atores, da sociedade e do governo. Também foi explorada a incorporação de ações já realizadas pela juventude, como forma de engajamento com o público que se pretendia atuar diante das práticas já realizadas, às relações com as legislações sobre juventude e as formas de financiamento do programa.

5.1 ATORES E PARCEIROS ENVOLVIDOS NO JOVEM DE EXPRESSÃO

Com a implementação do Jovem de Expressão, novos atores começaram a se envolver com o programa, reconhecendo a atuação de enfrentamento às vulnerabilidades e problemas públicos que envolvem a juventude. Nesse ponto, começa-se a perceber a construção de uma atuação conjunta em torno do programa, que conforma uma rede de atores diante de um processo de gestão social, associado ao “fazer juntos” (BOULLOSA, 2013; 2019).

Deste modo, a noção de gestão social no JEX é observada a partir das relações entre os diferentes públicos para o tratamento de problemas considerados de pública relevância, ampliando o aspecto sociocêntrico, na associação do público aos seus interesses.

Esse processo vai além de uma obtenção de consenso na tomada de decisão do JEX, partindo ao “compartilhamento e cogestão de ideias, intenções, interesses, opiniões, desejos, afetos, intuições, divergência, conflitos, etc., visando um novo entendimento, adequado a cada realidade” (PERES, 2020, p. 56) possibilitando que diferentes percepções e tratamentos fossem propostos e incorporados ao programa, todas com o intuito de enfrentar a vulnerabilidades que permeiam a juventude.

Em 2010, o JEX foi reconhecido pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC como uma boa prática na prevenção à violência entre jovens, que passou a atuar junto ao programa, assumindo a responsabilidade pela gestão de atividades promovidas, reciclando dinâmicas e pensando na consolidação, ampliação e replicação do projeto, além da inclusão de componentes de prevenção à violência, ao HIV-Aids e ao abuso de drogas, contribuindo com temas transversais que impactam diretamente na prevenção de mortes de jovens por causas violentas (UNODC, 2023).

Como braço das Nações Unidas que atua em temas que afetam a juventude, entrou no programa atraído pela troca construtiva entre sociedade civil e iniciativa privada. Em 2011, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco também se tornou parceira do programa Jovem de Expressão, diante do exemplo reconhecido como exitoso de parceria entre o setor privado, a sociedade civil e o Sistema Nações Unidas (ZAMPIER, 2014).

Um grande destaque foi a responsabilidade coletiva de atuar em problemas públicos que envolvem a juventude, inclusive da iniciativa privada, que compreende a responsabilidade social que devem ter como meio em que estão inseridas:

De acordo com a perspectiva da UNODC, a responsabilidade do pleno desenvolvimento dos jovens não deve depender exclusivamente de seus contextos

sociais, famílias, das escolas ou dos governos, a ideia é que seja também uma responsabilidade da sociedade como um todo (UNODC, 2023).

Percebendo a robustez que as vulnerabilidades para juventude possuem, os realizadores do Jovem de Expressão entendem o potencial agregador e intensificador que uma rede de parceiros pode desenvolver ao atuarem em conjunto no enfrentamento dos problemas públicos que permeiam a juventude. Inicialmente, o programa já compreendia a importância de uma rede, e após a definição do problema público a ser enfrentado, os realizadores do JEX começaram a construir iniciativas que interferiram positivamente na realidade dos jovens e nas comunidades contempladas com o programa.

Assim, a realização do JEX considerou que possíveis soluções poderiam ser descobertas em diferentes lugares, levando em consideração: conversas com ONGs, a troca de informações com universidades e empresas que têm atuação social, outros públicos, grupos e fóruns que reúnem empresas, como o Instituto Ethos de Responsabilidade Social ou o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas - GIFE (JOVEM DE EXPRESSÃO, 2014).

Diante da consideração de uma rede de parceiros e da importância de se relacionar com outros atores, organizações, empresas e públicos que refletem e buscam atuar no enfrentamento da vulnerabilidade dos jovens, como do contato com diferentes argumentos e soluções aos problemas públicos que permeiam a juventude, foram mapeados possíveis parceiros para uma atuação conjunta, onde novas percepções sobre um problema considerado de pública relevância poderiam ser descobertas, com soluções, tratamento ou “governo” diversos, pensados por diferentes atores, conforme a coordenadora do JEX:

O JEX tem o olhar da preocupação com a questão da vulnerabilidade, dando o foco nas diferentes potencialidades e acessos que podem ser incorporados ao programa. Assim, os parceiros que o programa incorpora tem a proposta de impulsionar ações para a juventude (Entrevistada 01).

No caso do Jovem de Expressão, a Coletânea Expressão Jovem: cultura aliada à mobilização comunitária (2014, p. 22) destaca que foram mapeadas 46 iniciativas de apoio a grupos jovens ou de enfrentamento da violência, realizadas por ONGs, universidades, programas governamentais ou grupos jovens. A partir da identificação desses novos atores, foram realizados contatos para identificação das estratégias e práticas utilizadas para o enfrentamento das vulnerabilidades da juventude e a replicabilidade dessas ações pelo JEX.

Como resultado do mapeamento, duas instituições tiveram destaque diante de suas metodologias e práticas de fácil replicação: o Grupo Cultural Azulim, com ações de

mobilização comunitária e o Movimento Integrado de Saúde Comunitária do Distrito Federal - MISMEC/DF, com a Terapia Comunitária. As duas instituições foram convidadas a participar do programa Jovem de Expressão e – com suas diferentes capacidades – aportaram os seus conhecimentos para a formação de uma rede de promoção da saúde dos jovens do programa (JOVEM DE EXPRESSÃO, 2014).

O Grupo Azulim é uma organização não governamental - ONG criada por um grupo de jovens de Sobradinho que tem na cultura hip-hop a ferramenta perfeita de aproximação com o público jovem. Em suas argumentações, procuram abordar temas como o racismo, a discriminação, a violência, a DST/AIDS e a gravidez. Dentro do Jovem de Expressão, é responsável por oferecer oficinas artísticas de rap, hip-hop, grafite e audiovisual, além de preparar os jovens para serem empreendedores culturais (JOVEM EXPRESSÃO, 2014)

O Movimento Integrado de Saúde Comunitária do Distrito Federal - MISMEC/DF, também é uma organização não governamental - ONG, que tem como objetivo disseminar a Terapia Comunitária Integrativa - TCI. É responsável pelas atividades do Fala Jovem no Jovem de Expressão - espaço de discussão e debate dos participantes do programa. As técnicas utilizadas são uma adaptação da Terapia Comunitária, tecnologia social criada pelo Dr. Adalberto Barreto (JOVEM EXPRESSÃO, 2014).

O processo vai de encontro ao reconhecimento de uma multiatorialidade, em uma perspectiva sociocêntrica de reconhecimento e enfrentamento dos problemas públicos. Importante destacar que o envolvimento de diferentes atores pode ser percebido diante a experiência estética com determinadas situações, aprofundado no capítulo 3.2 deste trabalho.

Essa experiência seria aquela que afeta esses públicos, devido ao interesse e a relação de valores imbuídos na situação, no caso a vulnerabilidade dos jovens. Assim, os parceiros que se integraram no JEX seriam aqueles afetados pelos problemas públicos, e que de alguma forma buscam construir e desenvolver soluções para a realidade vivida.

Com o desenvolvimento do programa novos atores, instituições, organizações, empresas e públicos foram se inserindo no JEX, disseminando suas argumentações e práticas que vão de encontro ao enfrentamento das vulnerabilidades que permeiam a juventude como para a construção de novas soluções aos diferentes problemas públicos vivenciados pela juventude, diante de novos processos de construção de conhecimento. Aqui, associados a transação entre atores (sujeitos que assumem a ação da representação prévia) que torna tais atores novamente sujeitos de e a um processo não orquestrado de produção de conhecimento situado.

Importante perceber como os diferentes atores que começam a integrar o JEX possuem processos anteriores de construção de conhecimento para determinadas situações. Conforme as observações não participantes, foi possível analisar como esses diferentes públicos possuíam argumentos próprios, fomentados por meio dos citados processos de reflexividade. Diante dessa articulação, esses diferentes públicos também constituíram práticas, que começaram a ser realizadas nos diferentes territórios e contextos. Por vezes, algumas dessas práticas se relacionavam no enfrentamento dos problemas públicos de juventude, assim, eram incorporadas ao programa como mais um mecanismo de ação pública ao enfrentamento das vulnerabilidades que envolvem a juventude.

Atualmente, o JEX conta com o apoio de uma rede de parceiros para realizar suas atividades, entre eles: Meta Platforms, Google for Nonprofits, Administração Regional de Ceilândia, Potência Feminina, Fundo de Apoio à Cultura e Pro Mundo (JEX, 2023). Todos os parceiros investem de alguma forma no programa, de modo a fomentar sua atuação no território, conformando um público multiatorial como:

Um conjunto de indivíduos, que ao consolidar um público mais amplo (aqui abarcados por uma diversidade de atores, instituições, organizações e empresas) são suficientemente afetados, seja de forma direta, indireta, física ou emocional, a ponto de se verem envolvidos em uma situação problemática que demanda reconhecimento ou motive alguma ação, diante da construção de respostas coletivas Dewey (DEWEY, 1927)

A parceria com o programa pode resultar na oferta de novas atividades e oficinas, como no aporte de recursos para continuidade das ações do JEX. Como destaque, o curso livre Juventudes – que trabalha questões de diversidade, raça e gênero - foi uma iniciativa desenvolvida pelo Jovem de Expressão e Instituto CNP, em parceria com o Instituto Promundo, com o objetivo de compartilhar o programa H + M – metodologia desenvolvida pelo Promundo para promover a igualdade de gênero.

Para além dos parceiros e dos realizadores do Jovem de Expressão, o programa teve o reconhecimento de órgãos do governo, que certificaram o potencial transformador da tecnologia social implementada na Praça do Cidadão em Ceilândia/DF. A Secretaria Nacional da Juventude, representada na época pela Coordenadora do Plano Juventude Viva, Fernanda Papa, pontuou que o programa reúne a valorização das identidades juvenis do Distrito Federal e o fomento a trajetórias saudáveis, livres de discriminação e criativas para a inserção deles no mundo do trabalho (ZAMPIER, 2014).

O Secretário da Coordenadoria de Juventude do Governo do Distrito Federal, Carlos Odas, que comandou a pasta, na época, vinculada a Secretaria de Governo, na gestão do governador Agnelo Queiroz (PT) 2011 à 2015, enfatizou que a coordenadoria buscava reconhecer iniciativas da sociedade civil na elaboração e na implantação de políticas públicas de juventude (EXPRESSÃO, 2014, p. 35). Para o então secretário, o JEX é um programa que o Estado poderia fomentar, dando robustez para o atendimento, alcance e efetividade, ajudando nas dificuldades que a sociedade civil poderia encontrar na implementação do programa, diante da deficiência em recursos financeiros, técnicos e humanos.

Ao considerar o JEX pelos caminhos da gestão social, pode-se perceber também como representa e compreende uma nova categoria relacional entre o Estado e a sociedade, que segundo Boulosa e Schommer (2009), situa-se como um modelo onde o Estado revê sua centralidade nos processos de transformação social, assumindo a complexidade de atores e de interesses como definidor dos processos de identificação e construção de bens públicos e de políticas públicas.

Assim, encarando o JEX como um programa que se insere no fluxo das políticas públicas para o tratamento de problemas considerados de pública relevância, pelos caminhos da gestão social, percebe-se como ele tem atuado de forma contínua nos territórios, superando políticas descontinuadas pelas mudanças de governo, enfrentando os problemas que envolvem a juventude por uma multiatorialidade, tanto de atores como de argumentos, valores e práticas. Superando também as prioridades que geralmente são adotadas por cada nova gestão do Poder Executivo, conforme relatado pela coordenadora do JEX:

Nos últimos quatro anos em que tivemos um governo de extrema direita, o acesso a políticas públicas na periferia foi bastante dificultado, principalmente para juventude [...], deixando a população jovem mais vulnerável, aumentando os níveis de encarceramento (Entrevistada 01).

Assim, cada novo governo mantém sua visão ideológica diante dos valores assumidos pelo grupo político, dos compromissos expostos no processo eleitoral, das pressões dos grupos sociais e corporações econômicas e da cultura política vigente, que muitas vezes não vão de encontro a grupos sociais em vulnerabilidade, como no caso da comunidade LGBTQIA+, que teve um abandono pelos valores predominantes no último governo. Podemos considerar então, como JEX está consolidado, mantendo suas ações relacionadas às diversas argumentações, valores e grupos sociais presentes no território, diante dos mais de 15 anos de atividades do programa, que seguem em curso.

Interessante perceber que o espaço onde ele tem se articulado pode ser compreendido como uma arena pública, onde é possível se engajar uma multiplicidade de atores, a partir de uma pluralidade de regimes de engajamento e interesses, que tem promovido processos de investigação pública em torno das situações problemáticas vivenciadas (ADION E MAGALHÃES, 2021, p 532).

Assim, esse espaço é compreendido pelo “conjunto organizado de acomodamentos e competições, de negociações e arranjos, de protestos e consentimentos, de promessas e engajamentos, de contratos e convenções, de concessões e compromissos, de tensões e acordos mais ou menos simbolizados e ritualizados” Cefai (2017, p. 208), em que está em jogo um interesse público, diante de um palco de discussões, envolvimento e tratamentos de determinados problemas.

5.2 DAS PRÁTICAS ADOTADAS E EXECUTADAS

Na busca por aproximar os jovens das ações realizadas, uma das considerações levantadas na construção do programa foi a incorporação e utilização de práticas já realizadas pela juventude em seus territórios e contextos. Na visão do JEX, se torna de grande importância garantir que o jovem se identifique com as atividades propostas, ao mobilizá-lo para participar do programa. Assim o reconhecimento da influência significativa da cultura hip-hop entre os jovens com os quais se desejava trabalhar foi o primeiro passo na construção da tecnologia social. Consequentemente, as atividades foram concebidas como espaços de expressão e manutenção dessa prática (JOVEM DE EXPRESSÃO, 2014).

Conforme as observações não participantes, também foi possível compreender e interpretar como o JEX buscou associar às práticas já desenvolvidas nos territórios pela juventude. Destacando a incorporação da cultura presente no território e as formas de representação e ações desenvolvidas, relacionadas às práticas de grafite, vogueing, breaking entre outras. Esses dados foram percebidos diante da comunicação de jovens envolvidos no programa, como de entrevistas já realizadas com professores voluntários do JEX:

A exemplo, as considerações do instrutor de dança Gui Alves, que considerou as práticas de dança que promove no programa, que já eram realizadas em outros contextos do território, incorporadas ao JEX, como mais um mecanismo de promoção de saúde e difusão de cultura, diminuindo a exposição à violência (JOVEM DE EXPRESSÃO, 2016).

Assim, o programa procurou promover a incorporação de diferentes práticas, que de alguma forma trabalham com o enfrentamento das vulnerabilidades que envolvem a juventude

ou promovam o envolvimento e reconhecimento das diferentes ações já realizadas pelos jovens.

Essas práticas podem estar relacionadas a um agir plural que, diante de atividades de cultura, desenvolvimento pessoal, profissional, artístico entre outros, representam ações realizadas pela juventude, em seus contextos, que dialogam com suas percepções de mundo, representando modos de pensar e agir coletivos, que podem estar associados a atividades que de alguma forma, buscam preencher certo vazio de políticas públicas, podendo ir de encontro a solucionar problemas públicos comuns, como a falta de acesso a espaços de culturas, de desenvolvimento e de profissionalização.

5.3 O JEX ASSOCIADO ÀS DIRETRIZES DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE

Embora as diretrizes de políticas públicas, contidas em legislações como o Estatuto da Juventude, fomentem a articulação de fatores importantes, mecanismos que promovam tais ações ainda são incipientes, sendo um gargalo presente no enfrentamento das vulnerabilidades da juventude (Entrevistada 01, 2023). Pensando na construção de políticas públicas a partir de uma construção social, com viés sociocêntrico, diante processos de problematização e publicização, e dos caminhos da gestão social, é notável que a premissa destas mobilizações não se baseia em discutir as legislações vigentes para construção de conhecimento sobre possíveis tratamentos às situações identificadas como problemáticas.

Em um processo diferente, parte do reconhecimento dos diferentes argumentos, valores e práticas no desenvolvimento de ações e direcionamentos (diretrizes), em um processo de atuação multiatorial no enfrentamento dos problemas públicos, no caso associados à juventude. Assim, de maneira contrária, é o Jovem de Expressão que passa a ser reconhecido com um programa que tem sua atuação relacionada ao que foi delimitado pelo Estado como diretrizes para programas e políticas para juventude, nas considerações da coordenadora do JEX:

O Jovem de Expressão é um projeto de referência no Distrito Federal, sendo modelo para centros de juventude que foram implementados em algumas cidades como Recanto das Emas e na própria Ceilândia. Assim o jovem se insere no espaço de pensar políticas para juventude [...] tendo em vista que as legislações que buscam promover políticas para juventude são recentes, e não possuem uma implementação concreta, o JEX se insere nesse espaço de fomentar políticas para juventude (Coordenadora do JEX em entrevista 2023).

É interessante observar então que as problematizações, os conhecimentos e resoluções desenvolvidas por meio dessa multiatorialidade, que incorporou diferentes saberes e valores tem grande reconhecimento na atuação perante os problemas em que se inseriram. Deste modo, parte de uma valorização da relação que se desenvolveu, permitindo compreender como a incorporação de diferentes atores nos fluxos das políticas públicas pode trazer resultados promissores no enfrentamento de problemas públicos.

Da mesma forma, é considerável perceber que grande parte da atuação do JEX, no enfrentamento às vulnerabilidades que envolvem a juventude, está relacionada a questões percebidas pelo Estatuto da Juventude, que ainda possuem um vácuo de atuação do Estado, conforme Max Maciel:

A juventude não tem em seus territórios o que está garantido pelo estatuto da juventude, como espaços de lazer, de cultura e de acesso à educação. É na periferia que estão muitos desses jovens que não são alcançados pelos projetos e programas do governo, é mais danoso quando a gente fala das comunidades de baixa renda, eles não conseguem se deslocar de um bairro a outro pela falta de transportes (Entrevista Max Maciel no Jovem de Expressão em 2017).

Deste modo, uns dos principais pontos assimilados foram: alternativas de inserção social do jovem com programas que priorizem o seu desenvolvimento integral e participação ativa nos espaços decisórios; a garantia de meios e equipamentos públicos que promovam o acesso à produção cultural, à prática esportiva, à mobilidade territorial e à fruição do tempo livre; a promoção do território como espaço de integração; e o estabelecimento mecanismos que ampliem a gestão de informação e produção de conhecimento sobre a juventude.

O JEX executa diversas atividades e projetos que se relacionam com as diretrizes do estatuto, possuindo uma atuação integrada às suas considerações. Como no caso da promoção de espaços de cultura no território, com eventos culturais e atividades que realizam a integração dentro do território. As realizações que conversam com essas diretrizes são: Festival Elemento em Movimento, um dos maiores festivais de música e cultura urbana do Distrito Federal, é parte do processo de formação do Jovem de Expressão e é inteiramente produzido e realizado pelos alunos das turmas de *roadie*, fotografia, comunicação para festivais, produção cultural, privilegiando fornecedores e prestadores de serviço da Ceilândia/DF. (JOVEM DE EXPRESSÃO, 2014).

Outras realizações importantes se mostram com o Sabadão Cultural, evento que acontece de dois em dois meses, na sede do Jovem de Expressão, para realização de atividades culturais, abertas à comunidade, na Praça do Cidadão. Já o Ruas convida acontece desde 2018 em Ceilândia/DF e tem como meta ser um espaço que celebra a musicalidade, arte e cultura nas periferias, a cada edição a iniciativa traz para o DF show e atividades culturais com grandes personalidades, de variados estilos musicais. (JEX, 2023).

O Cine Debate é um espaço de promoção e exibição das produções de audiovisual realizadas no âmbito da Oficina de Audiovisual do Jovem de Expressão e de filmes com temáticas relacionadas aos desafios contemporâneos da juventude periférica. Em destaque, vale mencionar que uma das vantagens do Jovem de Expressão é que os cursos retroalimentam outras atividades ligadas ao programa. Os alunos de produção de eventos e de cenografia, por exemplo, trabalham diretamente no Elemento em Movimento (ZAMPIER, 2014).

5.4 FINANCIAMENTO DO PROGRAMA

Inicialmente o financiamento do Jovem de Expressão ocorreu por meio da Caixa Seguradora, hoje representada pelo Instituto CNP Brasil. Com a estruturação do programa, o instituto ajudou financeiramente com a realização das primeiras oficinas e atividades culturais, fornecendo materiais e recursos humanos para a efetivação dos projetos que o JEX se propôs a executar. Entre os primeiros aportes foram disponibilizados: materiais administrativos, de papelaria e de manutenção dos espaços utilizados. De acordo com a coordenadora do JEX, o Instituto CNP Brasil foi em um período inicial o principal patrocinador do programa, para realização das oficinas, agenda cultural e empreendedorismo, conforme o pensamento estratégico por trás da tecnologia social, contudo:

O Jovem de Expressão é um programa que vive de editais [...] assim, grande parte da atuação do projeto vem de iniciativas para além das atividades patrocinadas pelo Instituto CNP Brasil, envolvendo a contemplação em editais que oferecem recursos para aplicação em projetos com temáticas específicas, que vão de encontro ao enfrentamento das vulnerabilidades que envolvem a juventude, como de atores, instituições, organizações e voluntários que se envolvem no programa para o desenvolvimento de atividades (Coordenadora do JEX em entrevista 2023).

Conforme a estruturação do programa, o Jovem de Expressão começou a contar com o apoio de diferentes atores, que com suas condições, aportaram os recursos disponíveis para dar apoio para que o JEX conseguisse efetivar sua atuação no território. Um caso desse processo

foi o da criação do Pré-Vest, cursinho preparatório do Jovem de Expressão para o vestibular da Universidade de Brasília - UnB, Enem e PAS, o financiamento para realização do cursinho ocorreu diante de professores voluntários que se envolveram no projeto para sua realização (JEX, 2023) como do da Escola de Línguas ‘Da CEI ao Mundo’ que oferece cursos de inglês, francês e espanhol, oferecidos gratuitamente, por meio de professores voluntários para a comunidade local.

Deste modo, umas das formas que o Jovem de Expressão tem conseguido manter o funcionamento e realizar suas atividades e pelos envolvimento dos diversos parceiros que se envolvem no programa, e de alguma forma, investem para a realização de atividades que vão de encontro a promoção de ações e projetos para juventude. Um dos casos já mencionados reflete esse investimento no programa foi da consolidação da oficina Livre Juventudes – que trabalha questões de diversidade, raça e gênero - foi uma iniciativa integrada a partir do Instituto Promundo, com o objetivo de compartilhar o programa H + M – metodologia desenvolvida para promover a igualdade de gênero.

Assim, o programa tem consolidado sua atuação no território com o financiamento de instituições, editais e apoio de parceiros e voluntários que diante da experiência estética que possuem com a pauta das diferentes vulnerabilidades do mundo jovem, se integram no programa para o enfrentamento dessa realidade. Deste modo, o JEX está sempre buscando a articulação com novos parceiros que possuem um olhar para atuação com a juventude, assim:

Assim, o JEX possui projetos que ainda são financiados pelo Instituto CNP [...], mas também conta com projetos realizados por voluntários e por outros parceiros. Atualmente, mais um parceiro se integrou ao programa. O JEX vai começar mais um curso de oficinas, diante de mais um patrocínio, realizado pelo Instituto BRB, para novas atividades do “Potência Feminina”, que é uma realização do Instituto Rede Mulher Empreendedora (Coordenadora do JEX em entrevista 2023).

Esses apoios evidenciam o reconhecimento do Jovem de Expressão como um programa que atua em conformidade com uma gestão social dos problemas que envolvem a juventude, como da importância do programa como uma estratégia de inclusão e de promoção de oportunidades para os jovens, contribuindo para o desenvolvimento social e cultural dos jovens do Distrito Federal/DF.

6 CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre o movimento do programa Jovem de Expressão permite entender o motivo de atores da sociedade civil estarem pensando e construindo políticas públicas destinadas aos jovens de Ceilândia/DF, seja para ocupar um vácuo deixado pelo poder público, seja por quererem ser atores de seu próprio desenvolvimento, diante de seus argumentos, valores, práticas e do reconhecimento das necessidades socioterritoriais.

Ainda que tais atores não sejam, tradicionalmente, considerados (*policy makers*) formuladores e implementados de políticas públicas, programas como o Jovem de Expressão nos fazem refletir sobre sua inserção nos fluxos de políticas públicas (BOULLOSA, 2013; PERES, 2020). Assim, entender a estrutura que se consolidou em torno do JEX, com os diferentes atores que conformam esse público multiatorial, diante da ação pública em resposta aos problemas públicos reconhecidos pelos processos de codefinição e de codomínio de situações problemáticas, que olhados pelos caminhos da abordagem pragmatista, permitiu compreender o jovem de Expressão como uma política pública importante no enfrentamento dos problemas públicos que permeiam a juventude.

Assim, explorando uma racionalidade discursiva da realidade, que compreende a percepção de diferentes públicos em contraponto aos processos convencionais de enquadramento dos problemas e das políticas públicas, pela racionalidade de matriz linear sequencial. Pode-se assumir a ação coletiva implicada nos fluxos das políticas públicas, e como o público pode ser visto como um produto da interação social. No caso do JEX, diferentes atores, por meio da interação, projetam suas considerações mutuamente, compartilhando aprendizados sobre certa situação, consolidando ações de enfrentamento aos problemas públicos vivenciados.

Neste contexto, ganham ainda mais relevância os diferentes projetos, práticas e ações realizadas no Distrito Federal, com foco na juventude, que tem como objetivo de promover mudança social para jovens da periferia, considerando ainda o protagonismo dos jovens, que são os principais atores da iniciativa: os professores são jovens, os alunos são jovens, as lideranças são jovens. No JEX, os jovens são os promotores e os beneficiários das ações, são eles que identificam os problemas, refletem sobre ele, pensam, discutem, desenvolvem, executam, avaliam, ou seja, são os responsáveis pelo ciclo completo das experiências ou políticas públicas que promovem de forma sociocêntrica (PERES, 2020)

Como meio de construção de conhecimento, o Jovem de Expressão possibilita ainda o desenvolvimento de novas práticas, oficinas e atividades diante de uma ação coletiva, a partir da percepção compartilhada de alguma lacuna ou dúvida comum, diante da identificação de situações consideradas problemáticas. Desse processo, surgem novos públicos que reconhecem esse distúrbio, promovendo a construção de conhecimento sobre o problema. Assim, se reconhece que múltiplas racionalidades convivem e se combinam neste campo, das políticas públicas, para além da racionalidade “econômico-instrumental” (PERES; BOULLOSA; BESSA, 2021, p. 502).

Assim, conforme abordado por Boullosa (2019, p.3), foi compreendido políticas públicas, nesse caso o JEX, como fluxos de instrumentos, práticas e argumentos ativados por uma multiatorialidade interessada tanto na definição de problemas públicos e de suas alternativas de solução, quanto na preservação de bens públicos. A partir do pragmatismo foi possível superar a fragmentação entre as diferentes dimensões no campo das políticas públicas, permitindo ressignificar a noção de público, observar as práticas e a experiência como primordiais nos fluxos das políticas públicas

O Jovem de Expressão tem considerado ainda tecnologias sociais, como “os produtos, métodos, processos ou técnicas criadas para solucionar algum tipo de problema social, que atenda aos quesitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade e impacto social comprovado”. As tecnologias sociais facilitam a adoção de novos conhecimentos, atitudes e práticas sociais, contribuindo para uma gestão efetiva de recursos e para a criação de estratégias que tornem os novos comportamentos mais atraentes e mais fáceis de serem assimilados pela população a ser beneficiada (ZAMPIER, 2014, p. 23).

Embora existam alguns obstáculos para o envolvimento dos jovens, relacionados muitas vezes a questões de valores conflitantes com um pensamento mais plural sobre as diferentes realidades e contextos, associados a questões culturais e religiosos contrários as argumentações e projetos pretendidos, relacionadas ao medo de repressão familiar e de grupos comunitários, como da pressão familiar para a busca de trabalho, o Jovem de Expressão tem a preocupação de garantir o acesso a uma informação de qualidade, a serviços que deem o apoio que os jovens precisam, bem como na oferta atividades que estimulem todas as potencialidades da juventude.

Como visto, o Jovem de Expressão pode ser compreendido como uma experiência ou até mesmo “política pública”, partindo da perspectiva do pragmatismo, elaborada por atores

não estatais com pouco “poder” diante do Estado, mas que conseguem implementar importantes transformações socioculturais e socioterritoriais na Ceilândia-DF. Assim, esses atores conseguem se inserir em fluxos de políticas públicas para o tratamento das vulnerabilidades que envolvem a juventude. Assim o JEX foi analisado como uma política pública realizada por diversos atores que conseguem cumprir com a finalidade da mudança social diante do vácuo deixado pelo Estado na periferia.

REFERÊNCIA

ANDION, Carolina; MAGALHÃES, Thiago. **(Re)aproximando os pragmatismos da análise das políticas públicas: experimentação e investigação pública em um cenário de crise democrática**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 36, n. 02, p. 513–543, maio-ago. 2021.

ANDRADE, Carla Coelho de. **Entre gangues e galeras: juventude, violência e sociabilidade na periferia do Distrito Federal**. 2007. 276 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

DIAS, Tamille Sales, et. al. **As juventudes da metrópole**. In: VASCONCELOS, Ana Maria Nogales, et. al. **Território e sociedade: as múltiplas faces da Brasília metropolitana**. Brasília: IRD Éditions; Editora UnB, 2020.

BOULLOSA, Rosana de Freitas; SCHOMMER, Paula Chies. **Gestão social: caso de inovação em políticas públicas ou mais um caso de Lampedusa?** Instituto Fonte. Ensaio apresentado no III Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social, mai. de 2009, Juazeiro/BA e Petrolina/PE. Disponível em: <<http://institutofonte.org.br/artigo-gestao-social-inovacao-enigma-de-lampedusa>> .

BOULLOSA, Rosana de Freitas. **Mirando ao revés as políticas públicas: notas sobre um percurso de pesquisa**. Pensamento & Realidade, São Paulo, v. 28, n.3, p. 67-84, 2013.

BOULLOSA, Rosana de Freitas. **Mirando ao revés as políticas públicas: os desenvolvimentos de uma abordagem crítica e reflexiva para o estudo das políticas públicas**. Publicações da Escola da AGU, série especial, 2019, p. 89-105.

BOULLOSA, Rosana de Freitas. Políticas públicas (verbete). In: Rosana de Freitas Boullosa. (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: Editora CIAGS, 2014, v. 1, p. 144-148.

BRANCO SAI, PRETO FICA. Direção: Adirley Queirós. Produção: Cinco da Norte. Intérpretes: DJ Jamaica, Marquim do Tropa, Dilmar Durães, Gleide Firmino, Shockito. Brasília Vitrine Filmes, 2014. 1 DVD (90 min).

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. **Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 06 ago. 2013. PL 4529/2004.**

CANÇADO, Airton Cardoso. **Gestão social**. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 80-84.

CEFAI , Daniel. **Públicos, problemas públicos, arenas públicas: o que nos ensina o pragmatismo (parte 1)**. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 187-213, mar. 2017.

CEFAI, Daniel. **Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva**. **DILEMAS**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, p. 11-48, 2009.

CONGRESSO EM FOCO. **O mapa da violência no Distrito Federal**. Brasília: Congresso em Foco. UOL, 2016. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/o-mapa-da-violencia-no-distrito-federal/#>

COUTO, Gabriel Ribeiro; ANDRADE, Liza Maria Souza de. **Territórios de resistência: às ocupações culturais insurgentes nas periferias do Distrito Federal**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 19., Blumenau. Anais ... Blumenau, 2022. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/45200/1/ARTIGO_TerritoriosResistenciaOcupacoes.pdf. Acesso em: 12 mai. 2023.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **Retratos sociais DF 2018: perfil da população jovem do Distrito Federal**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/2020.05.06.Estudo-Retratos-Sociais-DF-2018-Perfil-da-popula%C3%A7%C3%A3o-jovem-do-Distrito-Federal.pdf>

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **Retratos sociais DF 2018: população jovem do Distrito**

Federal: educação, trabalho e renda. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Estudo-Retratos-Sociais-DF-2018-Populacao-jovem-do-Distrito-Federal.pdf>

DISTRITO FEDERAL. Secretaria-Geral. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. . **Os jovens no Distrito Federal: um olhar sobre suas condições de estudo e ocupação.** Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Os-Jovens-no-Distrito-Federal-Um-olhar-sobre-suas-condi%C3%A7%C3%B5es-de-estudo-e-ocupa%C3%A7%C3%A3o.pdf>

JOVEM DE EXPRESSÃO. **Juventude ativa: a experiência do Jovem de Expressão na prevenção à violência: ferramentas para a construção de um Programa Social de impacto.** Brasília: Grupo Caixa Seguros, 2014. Disponível em: https://jovemdeexpressao.com.br/wp-content/uploads/2022/05/manual_1_compressed.pdf
Acesso em mar. 2023.

JOVEM DE EXPRESSÃO. **Expressão Jovem: cultura aliada à mobilização comunitária.** Brasília: Grupo Caixa Seguros, 2014. Disponível em: https://jovemdeexpressao.com.br/wp-content/uploads/2022/05/manual_2_compressed.pdf Acesso em mar. 2023.

DEWEY, John. **Em busca da grande comunidade:** em busca do público. 1927.

DEWEY, John. **O público e seus problemas:** em busca do público. 1927.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo.** Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 119-144, jan./fev. 2001

FISCHER, Frank. **Para além do empirismo: policy inquiry na perspectiva pós-positivista.** NAU Social, Salvador, v. 7, n. 12, p.163-180, maio/nov., 2016.

FISCHER, Frank. **What is critical? Connecting the policy analysis to political critique.** Critical Policy Studies, v. 10, n.1, pp.95-98, May 2016.

JOVEM DE EXPRESSÃO. **Vídeo institucional Jovem de Expressão**. Brasília: Facebook, 2016. Facebook:/jovemdeexpressao. Disponível em: <https://www.facebook.com/jovemdeexpressao/videos/1532828770077813>. Acesso em: mai. 2023.

MENDONÇA, Vítor. **Brasiliense avalia mal o transporte público do DF**. Brasília: Jornal de Brasília, 2020. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/brasil/brasiliense-avalia-mal-o-transporte-publico-do-df/>

PERES, Janaina Lopes Pereira. **Reinterpretando o fluxo das políticas públicas a partir da experiência: do pragmatismo crítico ao Hip Hop da Ceilândia/DF**. 2020. 251 f., il. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

PERES, Janaina Lopes Pereira; BOULLOSA, Rosana de Freitas; BESSA, Luiz Fernando Macedo;. **O campo de políticas públicas na encruzilhada: aproximações teórico-metodológicas entre os estudos críticos, o pragmatismo e a gestão social**. NAU Social, Salvador , v. 12, n. 22, p. 493–515, nov. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/43707>.

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. **Os muitos desafios da política nacional de juventude**. In: BARBER-MADDEN, Rosemary; SANTOS, Taís de Freitas (orgs.). **A juventude brasileira no contexto atual e em cenário futuro**. Brasil: UNFPA, 2016. p. 172-185.

SCHMIDT, João Pedro. **Para estudar políticas públicas: aspectos conceituais, metodológicos e abordagens teóricas**. Revista do Direito, Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 56, p. 119-149, set/dez. 2018.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Gestão social: uma perspectiva conceitual**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, p. 7-23, set/out. 1998.

TIMÓTEO, William; OLIVEIRA, Ilzver de Matos. **A ausência de políticas públicas para a juventude como ofensa aos direitos humanos**. Revista Brasileira de Políticas Públicas, Brasília, v. 11, n. 1. p.418-431, 2021.

ZAMPIER, Débora. **Memórias das conquistas do Programa Jovem de Expressão nos últimos 4 anos**. Expressão Jovem, Brasília, dez. 2014. Edição especial. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/noticias/2014/12/revista_expressao_jovem_A5_legendas_web.pdf . Acesso em abr. 2023.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA
1 - Todos os atores envolvidos e que participam do JEX (realizadores, parceiros e os próprios jovens) têm o objetivo de enfrentar as vulnerabilidades da juventude, você considera que esse envolvimento acontece por eles serem afetados e comovidos pelos problemas públicos que permeiam a juventude?
2 - O JEX consegue ou busca absorver diferentes argumentos e perspectivas sobre as vulnerabilidades que afetam a juventude para realizar ações e projetos? Esses argumentos provocam alguma reflexividade que gera aprendizado social sobre o problema públicos que permeiam a juventude?
3 - O programa desenvolve suas atividades, ações e projetos com base em práticas do território? Alguma atividade foi incorporada ao JEX por ser desenvolvida antes do programa?
4 - Foram realizados levantamentos/debates/estudos de diretrizes de políticas de juventude (como do estatuto da juventude) para o desenvolvimento de ações e projetos do JEX?
5 - Quais são as principais fontes de financiamento do Programa Jovem de Expressão e quais as formas de captação de recursos ao JEX existem?
6 - Todos os envolvidos com o programa (realização e parceiros) percebem a vulnerabilidade da juventude como um problema público a ser enfrentado. Como esses atores conseguem investir no JEX e como diferentes atores (instituições governamentais, não governamentais e iniciativa privada) se relacionam e investem no JEX?
7 - Alguma forma de financiamento por meio da iniciativa privada foi sondada, tendo em vista a responsabilidade social de empresas?